

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA

Thaise da Silva

**A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DESTINADOS À
ALFABETIZAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE DOURADOS (1945-1964):
EFERVESCÊNCIA OU CONTINUIDADE?**

Paranaíba/MS

2018

Thaise da Silva

**A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DESTINADOS À
ALFABETIZAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE DOURADOS (1945-1964):
EFERVESCÊNCIA OU CONTINUIDADE?**

Relatório Final de Estágio de Pós-Doutoramento (PNPD/CAPES), desenvolvido entre maio de 2017 e abril de 2018, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba como exigência parcial para obtenção do título de Pós-doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: História, Sociedade e Educação

Supervisora: Profª Drª Estela Natalina Mantovani Bertoletti

Paranaíba - MS

2018

S584p Silva, Thaise

A produção e a circulação dos livros didáticos destinados à alfabetização em escolas públicas de Dourados (1945-1964): efervescência ou continuidade?/ Thaise Silva. -- Paranaíba, MS: UEMS, 2018.

74f.; il.; 30 cm.

Supervisora: Prof.^a Dr.^a Estela Natalina Mantovani Bertoletti.

Relatório de Estágio Pós-doutoral (Pós-doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. História da leitura e da escrita. 2. Livro didático. 3. Colônia Agrícola Nacional de Dourados. I. Silva, Thaise. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Mestrado em Educação. III. Título.

CDD – 371.320981

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira- CRB1º/1783

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha supervisora de pós-doutorado, Professora Doutora Estela Natalina Mantovani Bertolotti, pelo trabalho sério e competente, pela parceria, pela confiança, pelo carinho e por me encorajar a trabalhar com a história da alfabetização, área com a qual desejava há muito tempo trabalhar, mas sem coragem de me “aventurar”.

Aos meus familiares, Edvi, Lucila e Thaline, com quem sempre compartilhei aprendizagens e ensinamentos.

Ao Valteron, companheiro de vida e de estrada.

À Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, pela acolhida carinhosa e confiança em meu trabalho.

À Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), por permitir meu afastamento e em especial às professoras doutoras Maria Alice de Miranda Aranda e a Edvonete Souza de Alencar que aceitaram me substituir durante este período.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa.

SILVA, Thaise da. *A produção e a circulação dos livros didáticos destinados à alfabetização em escolas públicas de Dourados (1945-1964): efervescência ou continuidade?* 2018. 74 f. Relatório de Estágio Pós-doutoral (Pós-doutorado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2018.

RESUMO

Neste relatório apresentam-se atividades de pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, relativamente ao estágio de pós-doutorado desenvolvido com bolsa PNPd/CAPES, sob supervisão da professora Dr^a Estela Natalina Mantovani Bertolotti, entre abril de 2017 e maio de 2018, cujo objetivo consistiu em analisar a circulação de cartilhas e livros para o ensino da leitura e da escrita em escolas primárias da região da Colônia Agrícola Nacional de Dourados/MS (CAND), entre 1945 e 1964, identificando os aspectos políticos, educacionais, pedagógicos, sociais e culturais que determinaram sua circulação e a influência destes materiais na subjetivação dos indivíduos e da sociedade que aí estava sendo constituída. Para concretização desses objetivos, foram realizados os seguintes procedimentos: levantamento, localização, recuperação, reunião e organização de fontes documentais primárias sobre o ensino da leitura e escrita na escola primária na região da CAND; análise de aspectos da configuração textual desses materiais didáticos, buscando compreender e explicar o sentido da escolha e da utilização desse material no ensino de leitura e escrita na escola primária na Colônia Agrícola relacionado ao contexto histórico e analisando as causas e consequências destas escolhas. Dentre as atividades, foram realizadas várias ações acadêmico-científicas tais como: palestras, disciplinas ministradas, produção e publicação de artigos científicos, comunicação e publicação de textos em anais de eventos, entre outras. Dos resultados obtidos com a realização da pesquisa, é possível concluir que os livros didáticos utilizados na escola primária da Colônia Agrícola Nacional de Dourados tiveram influência do Governo Federal e refletiam suas políticas de governo, além disso estes livros influenciaram as práticas pedagógicas visando dar uma unidade ao ensino e, indo mais além, estes materiais didáticos acabaram influenciando na constituição de uma identidade nacional para a região.

Palavras-chave: História da leitura e da escrita; livro didático; Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

SILVA, Thaise da. *A produção e a circulação dos livros didáticos destinados à alfabetização em escolas públicas de Dourados (1945-1964): efervescência ou continuidade?* 2018. 74 f. Relatório de Estágio Pós-doutoral (Pós-doutorado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2018.

ABSTRACT

this report presents research activities carried out with the Postgraduate Program in Education of the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS), University Unit of Paranaíba, regarding the postdoctoral stage developed with the PNPd / CAPES scholarship, under the supervision of the Professor Dr. Estela Natalina Mantovani Bertoletti, between April 2017 and May 2018, whose objective was to analyze the circulation of booklets and books for the teaching of reading and writing in primary schools in the region of the National Agricultural Colony of Dourados / MS (CAND), between 1945 and 1964, identifying the political, educational, pedagogical, social and cultural aspects that determined its circulation and the influence of these materials on the subjectivation of individuals and the society that was being constituted. In order to achieve these objectives, the following procedures were carried out: survey, location, retrieval, meeting and organization of primary documentary sources on reading and writing teaching in primary school in the CAND region; analysis of aspects of the textual configuration of these didactic materials, seeking to understand and explain the meaning of the choice and use of this material in the reading and writing teaching in primary school in the Agricultural Colony related to the historical context and analyzing the causes and consequences of these choices. Among the activities, several academic-scientific actions were carried out, such as: lectures, disciplines taught, production and publication of scientific articles, communication and publication of texts in the annals of events, among others. From the results obtained with the research, it is possible to conclude that the textbooks used in the primary school of the National Agricultural Colony of Dourados were influenced by the Federal Government and reflected their government policies. In addition, these books influenced the pedagogical practices aimed at giving unity to teaching and, going further, these didactic materials ended up influencing the constitution of a national identity for the region.

Keywords: History of reading and writing; textbook; National Agricultural Colony of Dourados.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Capa e página 1 da <i>Cartilha ABC</i> , do Ministério da Educação e Cultura e “O Cruzeiro”. Rio de Janeiro: O Cruzeiro S/A, 1962.....	48
FIGURA 2: Capa e página 1 da cartilha <i>Siga Aprendendo</i> , de Alayde Marcozzi (<i>et al</i>). São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1971.....	51
FIGURA 3: Capa e página 1 da cartilha <i>Vamos Sorrir</i> , de Maria Braz e Candido de Oliveira. São Paulo: Editora FTD, 1974.....	54
FIGURA 4: Capas da cartilha e dos I, II, III, IV e V livros de leitura da coleção <i>Vamos Sorrir</i> , de Maria Braz e Candido de Oliveira. São Paulo, (Editora FTD.....	59

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2. A CONSTITUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO COM OBJETO DE ESTUDO E PESQUISA.....	20
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	23
4. LEIS E NORMAS NACIONAIS E ESTADUAIS QUE REGERAM A CIRCULAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS.....	33
5. A COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS E A CIRCULAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS.....	43
6. PECULIARIDADES DAS CARTILHAS LOCALIZADAS NA CAND.....	48
7 A PRODUÇÃO DE IDENTIDADES SUL-MATO-GROSSEENSES NAS PÁGINAS DA COLEÇÃO VAMOS SORRIR.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	68
FONTES	74
CONSULTADAS.....	

1 INTRODUÇÃO

Em maio de 2017, iniciei as atividades de pesquisa referentes ao estágio de pós-doutorado em Educação ¹, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, na Linha de Pesquisa “História, Sociedade e Educação”, sob supervisão da professora Dr^a Estela Natalina Mantovani Bertoletti, cujo objetivo geral consistiu em analisar a circulação de cartilhas e livros para o ensino da leitura e da escrita em escolas primárias da região da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)², entre os anos 1945 e 1964, identificando os aspectos políticos, educacionais, pedagógicos, sociais e culturais que determinaram sua circulação e a influência destes materiais na subjetivação dos indivíduos e da sociedade que aí estava sendo formada.

O interesse pelo assunto foi sendo constituído ao longo de minha trajetória acadêmica. Temáticas que envolvem a leitura, a escrita, a alfabetização, os livros didáticos e demais materiais escritos têm sido objeto de meus estudos faz algum tempo. Em meu mestrado analisei a influência da leitura e dos materiais escritos presentes nas várias esferas de letramento (KLEIMAN, 1995) e sua importância para a formação do sujeito leitor³. Em meu doutorado o livro didático torna-se protagonista, uma vez que me propus a analisar os discursos de alfabetização presentes nos materiais distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no ano de 2010⁴. Ao ingressar como professora adjunta na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) percebi que deveria investigar mais sobre o assunto, uma vez que notei que na região de Dourados e no Mato Grosso do Sul⁵ havia poucas discussões e pesquisas sobre a história da alfabetização. Diante deste cenário vi o estágio pós-doutoral como uma oportunidade de apropriar-me de conhecimentos referentes à história da alfabetização de Mato Grosso do Sul, ampliando meus conhecimentos dentro desta

¹ Estágio desenvolvido com bolsa PNPd/Capes, entre maio de 2017 e abril de 2018, obtida em consonância com o Edital n. 06/2017, de Processo Seletivo para Bolsas de Pós-Doutorado – PNPd/CAPES, da PPGED/UEMS.

² Referimo-nos ao espaço que corresponde, hoje, à região da Grande Dourados, localizada no centro-sul do estado de Mato Grosso do Sul. No período abordado pelo estudo, entretanto, este ainda não era um estado, o que se deu somente em 1977, pela Lei Complementar nº 31, logo, na época a região pertencia a Mato Grosso.

³ A dissertação de mestrado intitula-se “O ‘discurso renovador da leitura’ e a produção de práticas domésticas de leitura na interação com práticas escolares”, defendida em 2007, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Iole Maria Faviero Trindade.

⁴ A tese de doutorado intitula-se “Os ‘novos’ discursos sobre alfabetização em análise: os livros de 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2010)”, defendida em 2012, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Iole Maria Faviero Trindade.

⁵ Segundo Bertoletti (2014) algumas pesquisas têm sido desenvolvidas sobre ensino de leitura e escrita enfocando o então estado de Mato Grosso, com destaque para: Amâncio (2000), Xavier (2006), Campos (2007), Conceição (2007), Amâncio e Cardoso (2006); Amâncio (2008) e Cardoso (2011). Incluo nesta lista a própria Bertoletti que desde 2014 vem produzindo pesquisas dentro da temática.

temática, uma vez que até então as leituras e pesquisas desenvolvidas por mim sobre o tema ficavam em nível nacional ou ao meu estado de origem, Rio Grande do Sul. Esta pesquisa de pós-doutoramento propiciou a minha inserção em um novo cenário, permitindo com que eu contribuísse para tecer a história do estado de Mato Grosso do Sul, em especial na região conhecida hoje como Grande Dourados, no que tange aos temas livro didático e alfabetização.

Por meio de levantamento, localização, organização, reunião e recuperação de fontes documentais em arquivos de escolas, centro de documentações, arquivos de grupos de estudos, arquivos públicos, acervos particulares e entrevistas, consegui reunir um conjunto de material que possibilitou compreender parte da construção histórica do ensino de primeiras letras na escola primária da região da Colônia Nacional Agrícola de Dourados, tanto no que diz respeito a sua cultura material, quanto nos aspectos políticos, sociais, pedagógicos e culturais que o envolveram.

Para a efetivação desta pesquisa, além do objetivo geral, tracei os seguintes objetivos específicos:

- Mapear as cartilhas e os livros destinados ao ensino da leitura e escrita utilizados nas escolas primárias da região da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, entre 1945 e 1964.
- Identificar as correntes pedagógicas adotadas por estes materiais para a produção dos livros destinados ao ensino da leitura e escrita/cartilhas.
- Identificar o discurso pedagógico referente à alfabetização presente nas escolas da CAND no período analisado.
- Examinar as políticas governamentais e educacionais da época em relação aos livros didáticos.
- Contribuir para a produção de uma história do ensino de leitura e escrita na escola primária do estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil.
- Analisar os livros didáticos localizados tentando compreender sua estrutura e os discursos que circularam na época, bem como sua influência na produção de subjetividades.

Por compreender o livro didático como um objeto da cultura escrita, que traz consigo o conjunto de saberes legitimados em uma determinado época, saberes culturais, sociais e pedagógicos propus esta investigação. A escolha pela região da CAND se justifica, por ter sido esta uma região estratégica e pioneira nas políticas desenvolvimentistas iniciadas pelo governo Vargas, dando características próprias a esta região localizada no sul do antigo estado de Mato Grosso. A partir do levantamento destes livros de leitura e escrita/cartilhas foi possível perceber quais os discursos sobre alfabetização circulavam e disputavam espaço no

recém-criado município de Dourados⁶, traçando um perfil e contribuindo, de modo particular, para a história da educação neste Estado. O recorte temporal deve-se ao fato de ter sido este um período marcado por grandes disputas metodológicas, sendo que os livros didáticos presentes nas escolas, como exposto acima, fornecem indícios sobre qual corrente pedagógica era adotada pelo governo no sul do Mato Grosso e qual o posicionamento de governantes e educadores quanto aos materiais adotados. O período histórico diz respeito a *Quarta República Brasileira*, também conhecida como *República Populista*, *República Nova* e *República de 46*, que tem início com a renúncia forçada do Presidente Getúlio Vargas, em outubro de 1945, pondo fim à Era Vargas. O período a ser analisado termina em março de 1964, com o Golpe Militar. A demarcação temporal também tem como norte o período que abarca a criação e o declínio da CAND, projeto de governo idealizado por Vargas.

O aporte teórico que orienta esta pesquisa encontra-se baseado na Nova História, especificamente na área da Nova História Cultural, a qual será tratada com mais detalhes no capítulo 2. Esta forma de pensar e pesquisar a história é assim definida por Pesavento (2005, p. 42): “[...] a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das representações, tentando chegar àquelas formas pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo”. Segundo esta autora, nesse campo teórico, o pesquisador sabe que sua narrativa pode relatar sua versão sobre um fato histórico, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas interpretações. Neste contexto mesmo que a verdade seja uma meta a ser alcançada, sabe-se que esta jamais será uma certeza absoluta.

Esta nova forma de olhar para o campo da historiografia na educação brasileira, faz com que “novas verdades” estejam surgindo frente a dados anteriormente estudados, proporcionando o surgimento de novos aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história da educação, privilegiando também novos objetos e novas temáticas. Diante deste novo cenário os documentos são tidos como ponto de partida para se conhecer um fato histórico, meios de revisitar o passado, dando novas interpretações sobre ele.

Os novos fatos e interpretações que surgem a partir de um documento já analisado em outros momentos ocorre devido a nova posição ocupada pelo pesquisador frente ao objeto de análise. Dentro desta concepção o investigador busca compreender o que os objetos/fatos trazem em suas minúcias e sutilezas, sempre consciente de que é ele que decidirá quais fatos e documentos serão selecionados para a análise, bem como a ordem de apresentação e importância dada aos mesmos e em que contexto serão apresentados, dando múltiplas

⁶ Em 20 de dezembro de 1935, com áreas desmembradas do município de Ponta Porã, através do Decreto nº 30 do então Governador do Estado, Sr. Mário Corrêa da Costa, foi criado o município de Dourados.

interpretações ao que é analisado. Diante disso é necessário a análise de uma multiplicidade de fontes, buscando dados que permitam compreender e dar segurança aos resultados a serem divulgados. É sempre o olhar do pesquisador e a forma como irá analisar os documentos que permitirá entender o passado buscando construir verdades sobre cada período.

Os documentos guardados em arquivos são produtos de uma dada sociedade em um determinado tempo histórico; são o resultado de uma relações de força que demonstram as relações de poder em cada situação documentada. Diante disso a busca de uma multiplicidade de fontes torna-se importante, pois permite dar maior certeza às análises que estão sendo produzidas (LE GOFF, 2001).

São os documentos a base do conhecimento que permitirão compreender e produzir a história, diante disso estes devem ser confrontados entre si, uma vez que são os detalhes, as sutilezas, as pistas, os indícios, que permitirão captar uma realidade mais profunda.

Ginzburg explica que não há um termo muito rígido para designar o método. Pode-se falar em paradigma indiciário ou divinatório, segundo o autor “[...] trata-se, como é claro, de adjetivos não sinônimos, que remetem a um modelo epistemológico comum, articulados em disciplinas diferentes, muitas vezes ligados entre si pelo empréstimo de métodos ou termos chaves” (GINZBURG, 1989, p.154).

Dentro desta metodologia os elementos históricos, contextuais, são vistos como pistas que dariam ao investigador instrumentos para chegar ao seu objetivo. O método não é rigoroso ou fechado, trata-se de um procedimento flexível que elege formas de saber muitas vezes desprezados pelos métodos tradicionais, no qual entram em jogo elementos descartados tidos como pormenores.

Nesta perspectiva, o livro didático será compreendido como um instrumento pedagógico, inseparável tanto na sua elaboração como na sua utilização das estruturas, dos métodos e das condições do ensino de seu tempo. Será tratado como um objeto de múltiplas facetas fruto do seu tempo e dos discursos que o constituíram.

Os livros didáticos são ao mesmo tempo suporte de conhecimentos escolares, instrumentos pedagógicos e produtos de consumo, além de condutores ideológicos e culturais. Nesse sentido, o olhar projetado sobre ele é sempre parcial e incompleto. (CHOPPIN, 2000; 2004).

Mortatti (2000a) percebendo a abrangência que este material nos traz, propõe o método de análise da configuração textual. Este método nos permite observar o texto a partir de seus diferentes aspectos, indo além do analítico, da configuração textual ou de aspectos externos do texto, visa a analisar um conjunto de aspectos constitutivos.

[...] o que confere singularidade a um texto é o conjunto de aspectos constitutivos de sua configuração textual, a saber: as opções temático conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?) projetadas por um determinado autor (quem?), que se apresenta como sujeito de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?) movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?) e visando a determinado tipo de leitor previsto (para quem?), assim como a circulação, utilização e repercussão logradas pelo projeto do autor ao longo da história (de leitura) do texto. (MORTATTI, 2000a, p. 15)

Dentro dos pressupostos da Nova História Cultura, atrelado ao método da análise da configuração textual, realizou-se uma pesquisa de abordagem histórica, do tipo pesquisa qualitativa documental, desenvolvida mediante procedimentos de localização, seleção e ordenação de fontes.

Serviram como fontes de análise livros, livros de atas, livros de caixa escolar, relatórios, diários de classe, teses e dissertações acadêmicas, artigos, relatos de experiências, memórias orais ou escritas; leis, decretos, regimentos, guias e propostas curriculares, mapas de frequência; textos, material didático e paradidático, registros de trabalhos e projetos, correspondências trocadas entre escolas e secretarias, ofícios, entre outros gêneros localizados.

Como fontes de busca utilizei Bancos de Dados do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ); o Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), o Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional (NDHIR-UFMT), o Centro de Documentação Regional (CDR-UFMG); o Laboratório de Documentação História da Educação e Memória (LADHEME) da Faculdade de Educação (FAED), os arquivos da Prefeitura Municipal de Dourados/MS e os arquivos de duas escolas municipais (Pedro Palhano e Joaquim Murinho) e duas escolas estaduais (Abigail Borralho e Floriano Viegas Machado), além de entrevistas com professores e estudantes da época, dentre outros.

Para analisar a circulação dos livros didáticos localizados, considerei como referencial teórico de análise a história das disciplinas escolares (CHERVEL, 1990; JULIA, 2001), a história do livro (CHARTIER, 1998; DARNTON, 1990), a história do livro didático (BITTENCOURT, 2004; CHOPPIN, 2004, MUNAKATA, 2002) e a história dos livros didáticos de alfabetização (MORTATTI, 2000a e 2000b; TRINDADE, 2004; BERTOLETTI, 2014 e 2016; AMÂNCIO; CARDOSO, 2006; AMÂNCIO, 2008), entre outros que serão citados ao longo do texto.

Entre as atividades desenvolvidas durante meu estágio pós-doutoral referentes no período de maio de 2017 a abril de 2018 estão as seguintes atividades:

1 Disciplina ministrada: Tópicos Especiais em História, Sociedade e Educação: História da Alfabetização no Brasil (45h), junto ao Programa de Pós-Graduação da UEMS-Paranaíba, compartilhada com a professora doutora Estela Natalina Mantovani Bertoletti.

2 Oficinas ministradas: Brincar na escola: uma proposta para a alfabetização e para o letramento para o ciclo de alfabetização do ensino fundamental (10h) desenvolvida para os estagiário do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

3 Participação em eventos:

- 7º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação e no 4º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação (7º SBECE / 4º SIECE).
- XI Seminário de Educação e VI Colóquios de Pesquisa – UEMS/Paranaíba.
- III Congresso de Educação da Grande Dourados: Escola, corpo e movimento.
- XII Sciencult – Simpósio Científico Cultural: Educação, política e direito na era da pós-verdade.
- IV EHECO – Encontro de História da Educação do Centro-oeste.

4 Apresentação de trabalhos em eventos:

- **Livro didático: um elemento estranho nas turmas da educação infantil?** - XI Seminário de Educação e VI Colóquios de Pesquisa – UEMS/Paranaíba.
- **Alfabetização em discurso: o Ensino Fundamental de Nove Anos através dos livros didáticos** - 7º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação e no 4º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação (7º SBECE / 4º SIECE).
- **Discutindo alfabetizações através dos livros didáticos** - 7º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação e no 4º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação (7º SBECE / 4º SIECE),
- **As Diretrizes para a educação do Mato Grosso de 1965: do diagnóstico à construção de uma realidade.** XII Sciencult – Simpósio Científico Cultural: Educação, política e direito na era da pós-verdade.
- **Programa Nacional do Livro Didático: uma história de sua história.** IV EHECO – Encontro de História da Educação do Centro-oeste.

5 Outras atividades realizadas em evento:

- **Debatedora do Ciclo de cinema – Filme: Balzac e a costureirinha chinesa:** - XI Seminário de Educação e VI Colóquios de Pesquisa – UEMS/Paranaíba.
- **Comitê Científico:** II Seminário formação docente: intersecção entre universidade e escola - necessidades formativas nas/das licenciaturas” – UEMS/Dourados
- **Comitê Científico:** III Congresso de Educação da Grande Dourados: Escola, corpo e movimento.

- **Comitê Científico:** VII Encontro de Políticas e Práticas de Formação de Professores e III Seminário da Associação Nacional de Política e Administração da Educação de Mato Grosso do Sul (UFMS/Campo Grande)
- **Coordenadora de mesa:** III Congresso de Educação da Grande Dourados: Escola, corpo e movimento.
- **Avaliadora de pôsteres:** III Congresso de Educação da Grande Dourados: Escola, corpo e movimento.
- **Coordenadora de grupo de trabalho:** IV EHECO – Encontro de História da Educação do Centro-oeste.
- **Equipe de trabalho:** IV EHECO – Encontro de História da Educação do Centro-oeste.

6 Coleta de dados

- Coleta de dados nas Escolas Estaduais Abigail Borralho e Floriano Viegas Machado.
- Coleta de dados nas Escolas Municipais Joaquim Murtinho e Pedro Palhano.
- Coleta de dados na Secretaria de Educação de Dourados.
- Coleta de dados no Centro de Documentação Regional/UFGD .
- Coleta de dados no Laboratório de Documentação História da Educação e Memória LADHEME/UFGD.
- Coleta de dados junto ao Cartório de Laguna Carapã.
- Coleta de dados no Instituto de Educação General Flores da Cunha.
- Coleta de dados no Palácio da Instrução (Museu Histórico e Biblioteca).
- Pesquisa junta Arquivo Público do Mato Grosso (APMT).
- Coleta de dados no Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional (NDIHR)
- Coleta de dados e participação em reunião de estudos junto ao Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
- Entrevistas: com os professores Álvaro Martins Brandão, Aurena Cordeiro Claro, Maria Leda Vieira de Souza, Seila Silveira Marques, Ester dos Santos e com os estudantes Damásio dos Santos e Almir Batista.

7 Artigos publicados:

- SILVA, Thaise da. Livros didáticos: o que eles contam sobre a alfabetização. In: Aranda, Maria Alice de Miranda; Scaff, Elisângela Alves da Silva; Lima, Paulo Gomes (orgs). Política e Gestão da Educação Básica: discussões e perspectivas acerca da alfabetização da criança. Editora UFGD, 2017, p. 97-116.
- SILVA, Thaise da. Plano Nacional de Educação 2014 – 2014: novos olhares lançados à alfabetização. In: MILITÃO, Andréia Nunes; PERBONI, Fabio (orgs). Plano Nacional de Educação: diversos olhares. Curitiba, PR: Editora CRV, 2017, p.169-184.
- SILVA, Thaise da; BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. Políticas de circulação de livros didáticos de alfabetização no sul de Mato Grosso e seus métodos (1927-1961). In: Revista Poiésis – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação Unisul, v.11, p.268-286, 2017.

- SILVA, Thaise da. A circulação de livros voltados para a alfabetização no sul no Mato Grosso. In: Revista de Estudos de Cultura, v.9, p.89-96, 2017.

8. Artigos aguardando publicação:

- **Docência para a educação infantil: história de uma experiência de formação.** Livro: Formação docente para a educação infantil: experiências em curso (Apresentação)
- **Linguagens, oralidade e cultura escrita: um olhar para a educação infantil.** Livro: Formação docente para a educação infantil: experiências em curso (Capítulo de livro)

9. Artigos encaminhados para avaliação:

- **Revista E-curriculum:** Alfabetização e currículo: perspectivas da legislação atual/brasileira.
- **Revista educação, ciência e cultura:** Formando professores de educação infantil: brincar, falar, ler e escrever com as crianças.
- **Cadernos de história da educação:** “Novas rotas” de circulação das cartilhas no extremo sul de Mato Grosso.
- **Revista Poiésis:** Cadê o letramento que estava aqui? Discutindo alfabetização e letramento na docência da educação infantil.
- **Revista Contemporânea de Educação:** Alfabetização e currículo: perspectivas da legislação atual/brasileira.
- **Revista ação e reflexão:** a produção de identidades sul-mato-grossenses nas páginas das cartilhas.
- **Revista Estudos de sociedade:** Mapeando esferas de letramento: o ambiente familiar e o escolar na invenção do sujeito leitor

10. Orientação de trabalhos de conclusão de curso:

- Janaína da Silva Lourenção. **Cadê o letramento que estava aqui? Discutindo alfabetização e letramento na docência da educação infantil..** 2017. Curso (Pedagogia) - Universidade Federal da Grande Dourados
- Ana Paula Pachega da Silva Albuquerque. **O uso do livro didático na educação infantil: letramento ou alfabetização em foco?.** 2017. Curso (Pedagogia) - Universidade Federal da Grande Dourados

11. Participação em bancas de trabalhos de conclusão

- SILVA, Thaise da; MARTINS, Morgana de Fátima Agostini; SANTOS,

- Reinaldo dos
Participação em banca de Simone Denise Gonçalves Ferreira França. **Avaliação e estratégias realizadas com crianças com deficiência e/ou atraso no desenvolvimento, na Educação Infantil nos CEIMS de Dourados/MS**, 2017 (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Grande Dourados – Membro Titular
- SILVA, Thaise da; SANTOS, Reinaldo dos; MARTINS, Morgana de Fátima Agostini
Participação em banca de Fabiana Lopes Coelho Garcia. **Instrumentalização em um Grupo de Apoio para avaliação precoce de sinais de risco de autismo em crianças: perspectiva de profissionais da saúde**, 2017 (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Grande Dourados – Membro Titular
 - SILVA, Thaise da; SILVA, Aline Maira da; PEREIRA, Levi Marques; BACKES, José Licínio; BRUNO, Marilda Moraes Garcia.
Participação em banca de Ilda Regina Castro Saramago de Souza. **Cotidiano da educação escolar indígena, práticas pedagógicas e diálogos com os códigos fundamentais da cultura Guarani e Kaiowá**, 2018 (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Grande Dourados – Membro Titular
 - SILVA, Thaise da; NOGUEIRA, Rosemeire Messa de Souza; TROQUEZ, Marta Coelho Castro.
Participação em banca de Bruna David Gentil . **O letramento na educação infantil de 4 a 5 anos**, 2018.
(Graduação em Pedagogia) Universidade Federal da Grande Dourados – Membro Titular
 - SILVA, Thaise da; SILVA, Aline Maira da; MASCIMENTO, Adir Casaro do; MARQUES, Eugênia Portela Siqueira
Participação em banca de Maurício José dos Santos Silva. **Trajetórias e fortalecimento identitário de indígenas egressos da educação superior no estado de Mato Grosso do Sul**, 2018 (Educação) Universidade Federal da Grande Dourados – Membro Suplente
 - SILVA, Thaise da; BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani; ONO, Fabrício.
Participação em banca de Joana Dark Izaias Ramos. **Um estudo sobre a disciplina inglês no estado de São Paulo (2008 - 2010): documentos curriculares e as concepções de professor de línguas**, 2018 (Educação) Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – Membro Suplente

12. Outras atividades

- **Organização do livro:** Formação docente para a educação infantil: experiências em curso
- **Avaliadora:** Pontuação do Currículo Lattes dos candidatos ao mestrado de Paranaíba.
- **Prefácio do livro:** Práticas pedagógicas e na gestão: educação infantil, gestão educacional e formação de professores.

- **Palestra:** O processo de aquisição da escrita na Educação Infantil. Local: Escola Municipal Frei Eucário.
- **Parecer:** Revista Educação e Fronteiras.
- **Participação em banca como ouvinte:** Tamar Naline Shumiski. Ensino de Língua Portuguesa e Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro na Diretoria de Ensino - Região de Jales (2002-2012). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Orientadora: Estela Natalina Mantovani Bertoletti.
- **Participação:** Reunião da coordenadoria da pós-graduação.

13. Artigos em elaboração

- Impressos na História da Educação do Centro-Oeste: circulação de cartilhas e livros para ensino da leitura e da escrita. (BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani; SILVA, Thaise da)
- Cartilha ABC: uma política de governo e a constituição da identidade de um povo. (SILVA, Thaise da; BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani)

Considerando o limite de tempo de um ano para realização do estágio de pós-doutorado e a quantidade de dados coletados, acredito que as produções aqui apresentadas são apenas uma amostra de pesquisas e produções futuras sobre o tema, uma vez que existem muitos dados a serem explorados em maior profundidade e materiais a serem apresentados para a comunidade científica.

Com o objetivo de apresentar alguns resultados da pesquisa desenvolvida, opto por organizar este texto, da seguinte forma: Nesta Introdução, apresento o tema, sua delimitação, o *corpus* para análise, os objetivos, a metodologia e os aportes teóricos. Relato, ainda, as atividades acadêmico-científicas realizadas durante o período de pós-doutorado. No Capítulo 1, apresento o estado do conhecimento e um pequeno histórico sobre o livro didático e como este foi se constituindo como fonte e objeto de estudo. No Capítulo 2, amplio a discussão teórica e trabalho com o conceito de livro didático, com aspectos de sua história e como este acaba por influenciar na história da alfabetização do nosso país. No Capítulo 3 analiso as questões legais nacionais e locais em torno da educação e do livro didático. A análise desses documentos nos permite entender como se articulavam as questões do ensino da época para assim compreender o cenário em que os livros circulavam e o porquê das escolhas feitas. No Capítulo 4 passo a tratar da região da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em seus aspectos históricos e no que diz respeito aos materiais para o ensino da leitura e escrita que circularam nela. No Capítulo 5 analiso materiais que localizei na região da CAND e apresento algumas peculiaridades sobre os mesmos. No Capítulo 6 examino uma das coleções que circulou na Colônia dando evidência aos aspectos discursivos deste material e como esta

coleção através de seus textos trabalha com aspectos relativos à constituição de uma identidade para a região. Por fim teço Considerações Finais nas quais apresento os resultados e as conclusões resultantes desta pesquisa de pós-doutorado.

2. A CONSTITUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO COM OBJETO DE ESTUDO E PESQUISA

A origem do livro didático está estreitamente ligada ao nascimento e à expansão dos sistemas nacionais de educação, ao longo dos dois últimos séculos (BENITO, 1997). A instituição escola foi uma invenção da Modernidade e surge como sendo o espaço responsável pela detenção e propagação da “alta cultura” – o melhor que já se pensou e disse em uma sociedade –, e conta, desde sua origem, com o livro didático para a difusão desse saber.

Os livros escolares trazem consigo a história e os discursos que marcaram cada fase por que passou o ensino em nosso país, sendo artefatos importantes para o desenvolvimento de pesquisas. No entanto, o caráter instrumental do livro didático e sua modéstia em relação aos demais livros, fez dele, por muito tempo, um objeto de pouca atenção e, conseqüentemente, um objeto de pesquisa muitas vezes de difícil acesso (PUELLES BENÍTEZ, 2000). Como lembra Tiana Ferrer (2000), apesar da longa história do livro didático no campo educacional, esse material foi concebido como eminentemente instrumental. O fato de ter sido relegado a um objeto de segunda categoria talvez justifique as poucas pesquisas desenvolvidas envolvendo este objeto de estudo.

Moreira (2014) ao analisar um período que vai de 1957 a 2013 salienta que os referenciais da história das disciplinas escolares e da história do livro começam a ganhar espaço na historiografia educacional somente na década de 1990. No entanto, a produção acadêmica que tem o livro didático como fonte, no Brasil, é bem mais recente. O primeiro ano com mais de um trabalho dentro da temática é o de 2000, sendo que, quase 95% da produção concentra-se no século XXI. Em balanço feito sobre a presença do livro didático como fonte nas pesquisas em história da educação no Centro-Oeste, a autora constata a existência de pesquisas em história da educação tendo o livro didático como temática, no entanto, afirma que ainda são poucos os trabalhos com esta perspectiva e não houve, entre 2008 e 2013, crescimento da produção. No que diz respeito ao período histórico mais investigado nas pesquisas, segundo a autora, em primeiro lugar, estão os anos de 1970 até os dias atuais, correspondendo à história do tempo presente, com mais de 60% dos trabalhos localizados.

Batista e Rojo (2008), ao realizarem um estudo sobre o Estado da Arte envolvendo o tema *livro didático*, entre 1975 a 2003, também alertam para a pouca produção envolvendo a temática. Destacam ainda que dentro do período analisado são inexistentes os trabalhos sobre o tema feitos por pesquisadores que os autores consideram experientes, uma vez que, nas teses de livre docência ou nos concursos de professor titular, constata-se um pequeno número

de autores que privilegiaram o tema livro didático em suas dissertações e teses – apenas três, num universo de 226 pesquisadores. Constataram, também, que apenas 26 dos 197 orientadores desses trabalhos acadêmicos orientaram mais de uma produção contemplando tal tema, e isso tudo, faz pensar que ainda é frágil a institucionalização desse campo de pesquisa no Brasil.

É forçoso, tendo em vista esse conjunto de indicadores, levantar a hipótese [...] de que, à medida que progridem na carreira universitária, os pesquisadores se desinteressam pelo tema do livro escolar, talvez, dentre outros fatores, pela pequena importância desse tema na hierarquia dos temas de pesquisa (BATISTA; ROJO, 2008, p. 28).

Se lançarmos nosso olhar para o campo da alfabetização as conclusões as quais os autores chegaram são ainda mais preocupantes; de um total das 229 teses e dissertações produzidas sobre o tema *livro didático escolar*, em nosso país, no período analisado, apenas 16 delas tratam do tema *alfabetização*, o que corresponde a um percentual de 6,99% do total.

Silva (2012), ao ampliar a pesquisa feita por Batista e Rojo (2008), para o período de 2004 a 2012, tendo como fonte de busca no Portal CAPES e utilizando os mesmos descritores usados pelos autores acima citados identificou um total de 19 teses e 31 dissertações tendo por tema *livros didáticos*. Com relação aos *livros de alfabetização* ou *cartilhas*, identificou oito teses e 11 dissertações. Ao ampliar as pesquisas para os dias atuais, localizei 5.049 títulos entre teses e dissertação que tratam do tema *livros didáticos*. No que diz respeito a *livros de alfabetização* ou *cartilhas* o número cai para 116, sendo 83 dissertações e 33 teses desenvolvidas neste último período (2013 – 2017). Embora o campo venha ganhando muita visibilidade dentro da pesquisa acadêmica, há muito a ser estudando, principalmente pela abrangência e as várias nuances que envolvem o circuito de produção e circulação do livro didático.

Sobre este novo olhar lançado sobre o livro didático Puelles Benítez (2000, p.5) pondera que

[...] o livro didático se converteu em um dos campos de conhecimento mais promissores da história da educação, contagiando seu interesse inclusive aos cultivadores da história do livro. E ainda, o livro didático é hoje o lugar de encontro obrigatório de diversos ramos da história da educação: convergem nele a história do currículo, a história das disciplinas escolares e a moderna história interna da escola ou da prática escolar.

Se lançarmos nosso olhar para a realidade do Mato Grosso do Sul as produções são mais raras. Poucos são os pesquisadores que tratam do tema ou orientam trabalhos sobre o

assunto. Segundo Bertoletti (2014), algumas pesquisas têm sido desenvolvidas sobre ensino de leitura e escrita enfocando o antigo estado de Mato Grosso, com destaque para: Amâncio (2000), Xavier (2006), Campos (2007), Conceição (2007), Amâncio e Cardoso (2006); Amâncio (2008), Cardoso (2011) e Bertoletti (2014, 2016).

O cenário acima descrito impulsionou o desejo para melhor estudar a história dos livros utilizados para o ensino de primeiras letras.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Pesquisar sobre o livro didático exige um olhar atento do investigador, uma vez que esse material é um meio eficaz para se conhecer as opiniões e ideias de autores, professores e alunos; além de auxiliar no conhecimento dos mecanismos de comunicação das ideias em sociedade e a resistência que elas encontram em determinados grupos sociais, assim como o desgaste destas em determinados períodos. A análise do livro didático permite observar as simplificações e distorções a que são submetidas as ideias ao serem transmitidas e o tempo transcorrido entre o lançamento de uma opinião e sua recepção e mudança na estrutura social (DELGADO, 1983).

Além desses aspectos, este artefato carrega consigo as orientações metodológicas, as concepções pedagógicas e os referenciais teórico-metodológicos contidos nos livros didáticos que orientaram sua produção, alocados geralmente nos prólogos, notas de rodapé e “livro do professor”. Nesses espaços, autores e editores indicam as atividades e os exercícios a serem realizados sob a orientação do professor. Os livros didáticos indicam, ainda, como nenhum outro meio, a distância em anos entre o conteúdo científico e as explicações em sala de aula. Em outros termos, revelam a quantidade de “ciência” introduzida pelo autor para o consumo escolar e a de “pedagogia e habilidade didática” que possui, igualmente ao nível de conhecimento científico exigido do próprio professor.

Mostram, também, segundo Delgado (1983), como é levada em prática a política educativa de um país. Nesse caso, o historiador precisa considerar que não basta promulgar uma lei para que automaticamente se produza o exato cumprimento dos dispositivos legais.

O aspecto econômico é outro fator a ser considerado. O preço de um livro pode ser a causa de sua rápida ou lenta difusão. Porém, nem sempre o número de exemplares vendidos avalia sua qualidade e aceitação, sobretudo, quando se trata de uma instituição, seja religiosa ou laica, que o impõe como obrigatório. Em síntese, além do valor pedagógico do livro didático, existem outros fatores nada descartáveis para a história da educação, como os fatores políticos, econômicos e sociológicos em geral, justificando a importância deste projeto de pesquisa.

Darnton (1990), em seus estudos sobre o *circuito da comunicação* do livro, alerta que, embora negligenciado até 1960, o livro didático passou a ser desde então um objeto de estudo que se amplia constantemente na contemporaneidade. Segundo esse autor, além dos aspectos econômicos, históricos, políticos, culturais e sociais que envolvem a produção desse material, um dos motivos da intensidade de estudos referentes ao tema se deve a sua abrangência.

O pesquisador reconhece o livro impresso enquanto um objeto interdisciplinar e o concebe dentro de um circuito que permite visualizar seu surgimento e difusão dentro de uma sociedade.

Darnton (1990) explica que, de maneira geral, os livros impressos, sejam eles didáticos ou não, passam pelo mesmo ciclo de produção, descrito como um *circuito de comunicação*, que vai do autor ao editor, ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, para, então, chegar ao leitor. Esse último encerra o circuito porque influencia o autor tanto antes quanto depois do ato da composição do livro. Os próprios autores são leitores. Lendo e se associando a outros leitores e autores, eles formam noções de gênero e estilo, além de uma ideia geral do empreendimento literário, que afetam seus textos. Um escritor, por meio do seu texto, se dirige a leitores implícitos e ouve a resposta de resenhistas explícitos. Ele transmite mensagens, transformando-as durante o percurso, conforme passam do pensamento para o texto, para letra impressa e de novo para o pensamento. Dessa forma, a produção de um livro passa por todo esse circuito tendo por base discursos que produzem esse artefato. Assim, para o autor, o circuito percorre um ciclo completo.

Na busca por demonstrar como ocorre seu processo de produção, Chartier (1998) considera que o leitor é confrontado com um conjunto de constrangimentos e regras ao se deparar com um livro.

O autor, o livreiro-editor, o comentador, o censor, todos pensam em controlar mais de perto a produção do sentido, fazendo com que os textos escritos, publicados, glosados ou autorizados por eles sejam compreendidos, sem qualquer variação possível, à luz de sua vontade prescritiva (CHARTIER, 1998, p.07).

Chartier sugere que o controle que ocorre na produção de um livro se deve ao fato de tal artefato sempre ter como intenção instaurar uma ordem, seja ela a da decifração ou a da autoridade que permitiu sua publicação ou o encomendou. Para o referido autor, compreender a ordem de produção, de comunicação e de recepção é compreender os efeitos produzidos por esses materiais.

Diante desse cenário o papel do escritor é de dependência em face das regras (do patronato, do mercado...) que definem a sua condição. Dependência também na forma de escrita para que seu texto seja compreensível, comunicável e decifrável. Um dos grandes entraves por que passam os autores é que não basta que o livro seja aceito para publicação, ele tem que ter aceitação comercial, ou seja, o escritor tem que fazer seus livros circularem por meio da impressão.

Por outro lado, Chartier compreende que, por mais esforço que os responsáveis pela elaboração dos livros façam para restringir seus sentidos, o leitor sempre inventa, desloca e distorce o sentido no momento da leitura. Isso, porque ler tem relação com as experiências pessoais de cada sujeito.

Para Munakata (2009), o livro didático é um dispositivo fundamental na constituição da formação escolar e na consolidação e generalização da cultura impressa. Na educação escolar, ele é um dos recursos que tornam possível o ensino simultâneo; permite a sistematização dos saberes a serem transmitidos; projeta e organiza as práticas de ensino; e faz a mediação entre o currículo prescrito e o currículo em ação. Como mercadoria, envolve grande contingente de trabalhadores na sua produção, que elaboram estratégias editoriais e de venda; como objeto de políticas públicas, estabelece conexão peculiar entre Estado, mercado e ensino.

Por sua vez, Lajolo (1996, p. 4) reconhece que

[...] didático é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar sistemática. Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina.

Já Batista (2009) o identifica como aquele impresso empregado pela escola, para o desenvolvimento de um processo de ensino ou formação. Para o autor é difícil delimitar tais impressos no conceito de livro didático, uma vez que

[...] a expressão “livro didático” é usada – de modo pouco adequada – para cobrir uma gama muito variada de objetos portadores de textos e impressos que circulam na escola. Com efeito, o livro é apenas um dos muitos suportes de textos presentes na sala de aula e várias obras didáticas assumem formas outras que não a de um livro (BATISTA, 2009, p. 42).

O autor chama a atenção para várias peculiaridades que envolvem o livro e que deixam em suspeição as definições até aqui trabalhadas. Inicia evidenciando o fato de que, dependendo do suporte em que os textos se apresentam, a relação que os leitores estabelecem com eles se altera, influenciando na produção dos discursos escolares. Alerta, ainda, sobre o uso do termo livro impresso, uma vez que, em sua origem, ele não se tratava de um material impresso, mas de um conjunto de materiais reproduzidos pelos professores e que, hoje, com as novas tecnologias, passa por novas alterações, sendo, muitas vezes acompanhado de materiais complementares.

Discute o uso da expressão *texto didático*, para o conjunto de textos que fazem parte de um livro didático, também visto como problemático, uma vez que ele não se restringe mais ao texto explicitamente elaborado para a utilização escolar. Na maioria das vezes, trata-se de textos produzidos sem a função educacional e que são incorporados pelos autores dos livros didáticos nesses materiais.

Menciona que a suposta uniformidade do livro escolar não existe, uma vez que, destinado ou utilizado pela escola, o modo de articulação com o trabalho de ensino e de formação que procura auxiliar é múltiplo, pois preenche diversas funções na sala de aula, se destina a diferentes leitores, e busca construir diferentes formas de interação entre professor e aluno, bem como entre o próprio livro e outros objetos de ensino-aprendizagem.

Esse material que constrói diferentes modos de articulação com o trabalho de ensino é, por fim, um objeto multifacetado, cujas diferentes dimensões estão relacionadas às condições com base nas quais é construído. Ele é uma mercadoria e, como tal, é dependente das condições materiais, econômicas, técnicas e institucionais em torno das quais se organiza o campo editorial, numa determinada época, no quadro de uma determinada sociedade. Como mercadoria, é dependente também do mercado que o acolhe e para o qual se destina ou no qual é empregado: é subordinado, por um lado, às relações que a indústria editorial estabelece com os professores e seus alunos, particularmente as suas disposições e possibilidades (de acolhida, de recusa, de indiferença) que oferecem para a colocação e a circulação que constitui seu mercado consumidor por excelência: à escola e ao estado do desenvolvimento histórico das organizações educativas [...] (BATISTA, 2009, p. 66).

O livro didático pode ser definido, conforme Stray (1993, p. 77-78), como um produto cultural composto, híbrido, que se encontra no “cruzamento da cultura, da pedagogia, da produção editorial e da sociedade”. Na escola contemporânea, o livro didático coexiste com diversos outros instrumentos bastante conhecidos, como quadros, mapas, enciclopédias, audiovisuais, ao mesmo tempo em que passa a incluir novas tecnologias, como lousas eletrônicas, *softwares* didáticos, *CD-ROM*, *Internet*, dentre outros, mas, ainda assim, continua ocupando um papel central, especialmente na escola pública e para os alunos que a frequentam.

Segundo Stray (1993), a passagem de livro para livro didático tem origem na cultura escolar, mesmo antes da invenção da imprensa, no final do século XV. Nessa época, os livros eram raros e os próprios estudantes universitários europeus produziam seus cadernos de textos. Com a invenção da imprensa, os livros tornaram-se os primeiros produtos feitos em série e, ao longo do tempo a concepção do livro como “fiel depositário das verdades científicas universais” foi se consolidando (GATTI JÚNIOR, 2004, p. 36).

Uma das primeiras obras a demonstrar preocupação com o livro didático foi a *Didática Magna* (1632), na qual Comenius aponta para as características de alguns livros que seriam mais apropriados à transmissão do conhecimento. Alguns aspectos abordados pelo autor estão

presentes nos livros didáticos até os dias atuais, como a preocupação que o conteúdo dos textos fosse adaptado para cada nível escolar e o respeito à estrutura do conteúdo, uma vez que o livro didático constrói uma estética que lhe é própria. (NARODOWSKI, 2001).

Narodowski (2001) observa que, quando surgiu, o livro-texto era o representante do “Pedagogo” na sala de aula; ele era o representante da linguagem e da “alta cultura” que deveria ser disseminada em um determinado lugar.

Benito (1997), ao estudar os primeiros manuais de ensino da leitura na Espanha, afirma que inicialmente as escolas também utilizavam livros, porém esses não se caracterizavam como instrumentos pedagógicos. Alguns, como as cartilhas, tinham critérios bem didáticos, mas muitos eram obras de caráter geral, os quais os professores utilizavam para ler, ditar, copiar...

Dessa forma, as cartilhas nem sempre eram materiais dos alunos, mas sim material das escolas ou dos professores. Em função da carência e da baixa qualidade dos materiais de impressão, as escolas populares substituíam, com frequência, os livros por cartazes presos nas paredes. Essas cartelas vieram a competir com as cartilhas em razão da qualidade, economia e método. Alguns outros materiais, preparados pelo professor completavam o escasso arsenal didático. Contudo, por volta de 1583, o ensino predominantemente individual não exigia materiais homogêneos (BENITO, 1997).

No século XIX houve crescente interesse por materiais de alfabetização, como também de todas as áreas de ensino. Em 1807, na Espanha, foi criada uma comissão para examinar obras relacionadas ao ensino e isso estimulou a publicação de livros e de materiais para a educação popular. Os materiais produzidos veiculavam os conhecimentos úteis dentro e fora da escola, inclusive instruindo artesãos e obras elementares para facilitar a organização da instrução pública (BENITO, 1997).

Para o desenvolvimento dos métodos didáticos, os livros escolares foram logo percebidos pela nova ordem liberal-burguesa como os veículos adequados para transmitir à infância, de modo uniforme, os valores com que se queria configurar a cidadania do futuro. Por isso, os conteúdos culturais e a linguagem de textos expressavam, quase sempre, a ideologia e a mentalidade dos grupos hegemônicos, que controlavam a instrução escolar. Sendo assim, aos manuais escolares não eram atribuídas apenas utilidades pedagógicas estreitas, uma vez que eram utilizados por esses grupos sociais para perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas (BENITO, 1997).

Oliveira, Guimarães e Bomény (1984) ponderam que embora a preocupação com o livro didático tenha surgido no século VII, na Europa, foi só no século XX que o fluxo

contínuo entre as teorias e as filosofias de ensino e a prática da produção dos livros didáticos surgiram.

Mantovani (2009) nos dirá que o exame do livro didático envolve aspectos econômicos, sociais e pedagógicos e é por meio deles que é possível perceber o quanto esse instrumento tornou-se importante para comunicar, produzir e transmitir o conhecimento escolar pelo menos nos últimos dois séculos.

Maciel (2002) pondera que construir a história da alfabetização por intermédio das cartilhas é uma das formas pelas quais podemos analisar historicamente as tendências metodológicas, o ideário pedagógico subjacente às cartilhas e, de certa forma, as políticas públicas que ofereciam chancelas aos autores por meio de indicações, autorizações, convênios etc. Essas oferendas governamentais poderiam ser uma estratégia de controle da tarefa de ensinar mediante a atuação do professor.

Os autores como Freire (1989), Barbosa (1992), Mortatti (2000b), Peres (1999, 2006), Tambara (2002), Trindade (2004 a, 2010), entre outros, descrevem de forma primorosa a história das cartilhas e métodos de alfabetização em nosso país.

Conforme observam Stamatto (1998) e Barbosa (1992), as cartilhas eram utilizadas no Brasil desde a época colonial. Maciel (2002) destaca o final do século XVI, como sendo o período em que chegam no Brasil as *Primeiras Cartas*, ou *Cartinhas*, destinadas à alfabetização. Os poucos materiais com função de ensinar a ler vinham de Portugal. Trindade (2004) menciona o uso de cartas de leitura confeccionadas pelos professores como estratégia para o ensino das primeiras letras, uma vez que a falta de cartilhas e de outros materiais didáticos, na primeira metade do século XIX, obrigava muitas vezes tais professores a utilizar outros materiais impressos.

Mesmo que sejam espacialmente e temporalmente esparsas as informações sobre o material didático destinado à alfabetização no nosso país, sabemos que, nesse período, as *Cartinhas* eram constituídas da apresentação do alfabeto em grupos de letras para a formação de sílabas e de textos religiosos escritos em português e em latim.

Para Trindade (2004), em Portugal três obras marcam a invenção das cartilhas enquanto materiais destinados ao ensino da leitura. Uma delas, a *Cartilha de Aprender a Ler*, de João de Barros (1539), enquanto pré-livro, veio a substituir os papéis manuscritos que visavam o ensino da leitura; nela o método utilizado era o da soletração⁷ e se destinava apenas ao ensino da leitura.

⁷Nesse método, primeiro o aprendiz decorava os nomes de todas as letras, depois reunia as sílabas, para então formar as palavras.

Alguns séculos após, Antônio Feliciano Castilho vem romper com a organização de cartilhas baseadas nos processos da soletração. Ele “cria” o *Método Português* (1850) e com base nos princípios da Escola Nova, elabora uma nova cartilha baseada no modo de ensino simultâneo, no método de ensino intuitivo e na leitura auricular, contando, para tanto, com aspectos mnemônicos (imagens) em suas páginas e com o ensino do alfabeto por partes, rejeitando, assim, a ordem alfabética. Barbosa (1992) nos lembra que essa obra incluía abecedário, silabário e textos de leitura, sendo marcada por preocupações fonéticas.

O Método João de Deus, representado pela *Cartilha Maternal* (1876), destinado ao ensino da leitura, era pautada no método fônico⁸. Produzida em Portugal e importada pelo Brasil, dominou por décadas o ensino das primeiras letras no nosso país. A partir dele autores brasileiros criaram, por volta de 1883, as primeiras *contrafações* que, uma vez autorizadas pelo governo, poderiam ser ora *contrafações convenientes*⁹ ora *inconvenientes*¹⁰, cabendo aos Conselhos ou Comissões de Instrução Pública, criados para tal fim, fiscalizar, aprovar ou cercear sua circulação.

É importante lembrar que é só com a chegada da família real ao Brasil (1808 – 1822) que passa a ser permitida a publicação de impressos nacionais (FREIRE, 1989; TAMBARA, 2002), embora, a criação da “imprensa régia” não tenha surtido efeitos na publicação de livros didáticos destinados à escola elementar. Entre o período de 1808 e 1822, os livros utilizados nas escolas continuavam a ser produzidos na Europa, com hegemonia de autores portugueses ou de traduções de alguns textos do francês para o português (TAMBARA, 2002). Em 1821, D. Pedro I concede liberdade para impressão de livros, criando a gênese da produção brasileira de livros didáticos, que se prolonga de forma tímida até a década de 80 do século XIX, quando de fato amplia-se consideravelmente a produção na grande maioria das províncias.

Vale lembrar que, embora a produção brasileira tenha se efetivado, livros como os produzidos por Castilhos e João de Deus se mantiveram no cenário nacional até o terceiro quarto do século XIX.

Desde a chegada da corte ao Brasil teve início o controle por parte do estado sobre o sistema de ensino brasileiro. “Entretanto, é com D. Pedro I, com a conhecida Lei Geral de Ensino de 1827, que se manifesta com mais visibilidade a intervenção do Estado na educação a qual vai se consubstanciar no Ato Adicional de 1834” (TAMBARA, 2002, p. 28).

⁸ Associação dos fonemas e dos grafemas em cada sílaba.

⁹ *Contrafação conveniente* era o termo empregado para liberar a publicação de cartilha que se tratava de cópia fiel à de origem.

¹⁰ Essas também tinham a cartilha de origem como referência, mas não eram cópias fiéis dela.

Em 1850, o Regulamento de instrução primária e secundária do Município da Corte atribuiu ao Inspetor Geral a função de fiscalizar os manuais escolares. São criados os Conselhos de Instrução Pública que, entre suas atribuições, tinham a função de decidir sobre livros a serem adotados nas escolas, sobre métodos e sistemas de ensino e sobre a necessidade de remoção de professores. Constituiu-se assim, um órgão regulamentador do ensino nas províncias.

Conforme visto acima, durante o Brasil Colônia e Imperial, poucas foram as propostas para a efetivação do sistema de alfabetização e seus métodos, ficando essa área restrita à produção de manuscritos pelos próprios professores, à importação de métodos e cartilhas de Portugal e às contrafações brasileiras.

Foi a partir da segunda metade do século XIX que começaram, com mais frequência, a surgir, no país, livros nacionais de leitura destinados especificamente às séries iniciais da escolarização. Acompanhando tal movimento, as cartilhas escolares passam a ser utilizadas com mais frequência nas escolas primárias. Com o início da República (1889), estruturaram-se com mais acuidade as discussões sobre livros didáticos e métodos de alfabetização no Brasil, uma vez que agora se pretendia constituir uma nova identidade nacional (FREIRE, 1989).

É importante pontuar que, desde o final do império, o Brasil já contava com um Conselho de Instrução Pública responsável pelo exame, aprovação e adoção das obras pedagógicas, sendo proibida a adoção de livros nas escolas públicas sem ordem do diretor geral e anuência desse Conselho; com a instalação do regime republicano, esse conselho foi substituído, em 1897, pelo Conselho Escolar, retomando a denominação anterior ao final da Primeira República, para ser substituído por Comissões Permanentes de Exame de Obras Pedagógicas, com regulamentações e estruturas distintas (MACIEL, 2003).

Mortatti (2000b) afirma que, apesar de encontrarmos alguns manuais produzidos por brasileiros na segunda metade do século XIX, o impulso nacionalizante das cartilhas ocorreu somente em alguns estados brasileiros a partir de 1890 e foi se solidificando nas primeiras décadas do século XX. As primeiras cartilhas nacionais foram acompanhando, assim, o movimento realizado pelas cartilhas importadas e seus métodos.

O processo de nacionalização do livro didático produzido por brasileiros foi uma necessidade apontada desde o final do século XIX, uma vez que havia o interesse da organização republicana de instrução pública que tais livros estivessem adequados à realidade brasileira. Tal anseio fez com que ocorresse uma expansão do mercado editorial brasileiro, o

qual encontrou na escola um espaço privilegiado de circulação e público consumidor de seus produtos.

Ao final da Primeira República, o discurso predominante era o que defendia o método intuitivo, da valorização da infância como um mundo diferente do adulto, do civismo e da nacionalização. Com isso, novas metodologias passam a ser aceitas e ampliam-se as obras aprovadas. Para Maciel (2002), esse período é marcado pelos princípios escolanovistas, que propunham um rompimento com o modelo pedagógico tradicional.

Trindade (2004) e Peres (1999) salientam, como uma das marcas deste período, a publicação do *Primeiro Livro de Leitura Queres Ler*, de autoria de Olga Acauan e Branca Diva Pereira (1919), adaptado de uma cartilha uruguaia – *Quieres leer?* de José Henrique Figueira –, que estava baseado no método analítico-sintético¹¹, com ênfase na palavra e na sentença. Essa cartilha pregava o ensino simultâneo da leitura e da escrita, sendo que a escrita das palavras era considerada, pelas autoras, como uma forma de facilitar o ensino da leitura, pois associava memória visual e memória muscular.

Segundo Mortatti (2000b), a partir dos anos de 1930, as cartilhas passam também a se basear em métodos analítico-sintéticos – também denominados de mistos ou ecléticos – em decorrência da difusão e repercussão dos *Testes de ABC*, de Lourenço Filho (1933), cuja finalidade era medir o nível de maturidade necessário ao aprendizado da leitura e da escrita, visando atingir maior rapidez e eficiência na alfabetização.

Em se tratando desse tipo de método, ganha destaque no cenário nacional, na década de 40, o uso do método global de contos, da mineira Anita Fonseca, intitulado *O Livro de Lili* (1940). Conforme as orientações desse método, cada lição deveria encerrar uma unidade de pensamento, porém, sempre deixando a criança interessada na lição seguinte. Quanto mais significativa a palavra a ser trabalhada, melhor seria sua fixação. A memorização do texto/palavra apoiava-se na imagem ideovisual, conforme estudos desenvolvidos por Decroly (MACIEL, 2002).

Nos anos 60, Almira Sampaio Brasil da Silva, Lúcia Marques Pinheiro, Maria do Carmo Marques Pinheiro e Risoleta Ferreira Cardoso publicam *Minha Abelhinha*. A obra baseava-se em um método italiano que explora o som dos fonemas fazendo uso do método do conto e de associações mnemônicas entre a forma da letra inicial da palavra e o objeto

¹¹ O método sintético caracteriza-se pela associação das partes para se chegar ao todo, ou seja, associação das letras e sílabas para a formação das palavras. O método analítico parte de unidades com significado textos/frases/palavras até chegar a unidades menores. O método referido acima trata-se de uma associação entre o método analítico com método sintético.

representado pela mesma, sendo reconhecido, portanto, como um método misto (FRADE, 2002).

Até a década de 60 foram intensas as disputas entre os métodos analíticos e sintéticos, sendo que toda a produção teórica acadêmica buscava analisar qual deles era o mais eficiente. Durante esse período, métodos e técnicas se alternaram quanto ao seu reconhecimento e eficácia, predominando ora um ora outro nas turmas de alfabetização.

A partir de 1980, os métodos de alfabetização e as cartilhas deixaram de ocupar um papel central no ensino da leitura e da escrita no Brasil. A alfabetização escolar passou por vários questionamentos em função das pesquisas realizadas em várias áreas do conhecimento como a Psicologia, a Linguística, a Psicolinguística, a Sociolinguística, entre outras. De acordo com Soares (2003), enquanto as práticas inspiradas nos métodos sintéticos e analíticos enfatizavam apenas uma das facetas da alfabetização – a decodificação –, aquelas que se baseavam na psicogênese da língua escrita, davam grande ênfase ao processo de construção do conhecimento do sistema de escrita, ou seja, a faceta psicológica. Nessa última proposta, os métodos, as cartilhas, a prontidão são substituídos por mediação do objeto do conhecimento e pelas fases de evolução conceitual por que passaria o aluno até compreender o nosso sistema de escrita. Passa, dessa forma, a ser priorizado o trabalho com diferentes suportes de textos, especialmente o do texto literário.

Diante do exposto acima, surgiu a curiosidade de investigar como a região da grande Dourados, representando o estado do Mato Grosso (do Sul), vivia esta efervescência teórica no campo da alfabetização em um período marcado pelo aumento de sua população. Os livros destinados à alfabetização adotados pelas instituições públicas da época podem dar pistas sobre as disputas teóricas e ideológicas que marcaram o período em que o Brasil viveu momentos de liberdade política (1945-1964).

Para compreender melhor o momento escolhido para análise no capítulo que segue analisarei as leis nacionais e estaduais que influenciaram a educação e a produção e circulação dos livros durante o período analisado.

4. LEIS E NORMAS NACIONAIS E ESTADUAIS QUE REGERAM A CIRCULAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS

No intuito de entender o momento histórico analisado busquei na legislação nacional e estadual informação que permitiram compreender a estrutura e o funcionamento da educação e os investimentos para a circulação dos livros didáticos.

O olhar que lanço sobre as normatizações para o ensino e para a circulação de livros didáticos é o de identificar orientação e correntes teóricas e metodológicas que influenciaram as turmas de alfabetização. Minha inserção analítica considera um período anterior ao de 1945, uma vez que a legislação anterior influencia diretamente o período analisado. Em âmbito nacional, elegemos os seguintes documentos: o Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938 (BRASIL, 1938a), que criou, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário; o Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938 (BRASIL, 1938b), que estabeleceu as condições de produção, importação e utilização do livro didático; a Portaria Ministerial nº 253, 27 de dezembro de 1940 (BRASIL, 1940), que instalou a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD); o Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945 (BRASIL, 1945), que reestruturou o Decreto-Lei de 1938 (BRASIL, 1938a); o Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946), que regulamenta a Lei Orgânica do Ensino Primário; e a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em âmbito estadual, elegemos: o Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927 (MATO GROSSO, 1927), que regulamentou a instrução pública primária do estado de Mato Grosso; a Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951 (MATO GROSSO, 1951), que implantou a Lei Orgânica do Ensino Primário do estado de Mato Grosso, além de relatórios da instrução; e a Lei nº 866, de 22 de outubro de 1956 (BRASIL, 1956), que regulamentava o cargo de Inspetor Regional do Ensino Primário.

No que diz respeito às leis que regulamentam o ensino primário no Brasil, considero a partir do Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938 (BRASIL, 1938a), que criou no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário¹². Segundo este dispositivo legal, eram competências desta Comissão criar campanhas para o combate ao

¹² É importante pontuar que, embora somente em 1938 tenha sido criada uma Comissão Nacional de Ensino Primário, desde o final do império, o Brasil já contava com um Conselho de Instrução Pública responsável pelo ensino da época e, entre outras atribuições, pelo exame, aprovação e adoção das obras pedagógicas, sendo proibida a adoção de livros nas escolas públicas sem ordem do diretor geral e anuência desse Conselho; com a instalação do regime republicano, esse conselho foi substituído, em 1897, pelo Conselho Escolar, retomando a denominação anterior ao final da Primeira República, para ser substituído por Comissões Permanentes de Exame de Obras Pedagógicas, com regulamentações e estruturas distintas (TRINDADE, 2004).

analfabetismo, em cooperação de esforços com estados e municípios; nacionalizar integralmente o ensino primário em todos os núcleos de população de origem estrangeira; caracterizar a diferenciação que deveria ser dada ao ensino primário das cidades e das zonas rurais; estudar a estrutura a ser dada ao currículo primário, bem como as diretrizes que deveriam presidir a elaboração dos programas do ensino primário.

Percebe-se, ao analisar o documento, que a grande meta a ser atingida era a da ampliação do número de alfabetizados no Brasil, e a estratégia utilizada para isso era a organização do ensino primário. É importante mencionar que estamos tratando da *Era Vargas* (1930-1945), na qual a questão da nacionalização e da implantação da língua portuguesa em todo o território nacional torna-se preponderante. Trindade (2004) trata da importância do livro didático nesta tarefa de uniformizar o uso da língua e de construir o espírito nacional em um país marcado por uma diversidade de povos migrantes que mantinham seus costumes, sua língua e sua organização escolar. Como se nota, o documento chama atenção para as peculiaridades da educação a ser desenvolvida na cidade e no campo. Porém, manifesta preocupação com uma unidade curricular e de diretrizes que garantissem unidade ao ensino primário da época.

No Decreto-lei nº 868, de 18 de novembro de 1938 (BRASIL, 1938a) não é mencionada nenhuma orientação quanto à metodologia a ser utilizada em sala de aula. Entretanto, é importante destacar que, neste mesmo ano, é promulgado o Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938 (BRASIL, 1938b), que estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Segundo este documento, o Brasil era um país livre, no que diz respeito à produção ou a importação de livros didáticos. A partir de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiveram autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação e Saúde, não poderiam ser adotados no ensino das escolas em toda a República. É enfatizado, neste documento, que os poderes públicos não poderiam determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de determinados livros para cada grau de ensino, sendo destinado aos diretores das escolas primárias, a escolha destes materiais para uso dos alunos, desde que este constasse na relação oficial das obras de uso autorizado e atendesse à orientação didática dos programas escolares.

Os livros escolhidos pelos diretores do ensino primário deveriam ser pré-selecionados pela Comissão Nacional do Livro Didático. A estes profissionais – escolhidos dentre pessoas de *notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral* – caberia analisar os livros, autorizando ou não a circulação deles; estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos, bem como indicar a tradução de livros estrangeiros de notável valor. O documento

ainda adverte que seria negada a circulação de livros que apresentassem inadequação de várias ordens, entre elas, as metodológicas. No entanto, nada é citado, no que diz respeito às tendências da época.

O final da Primeira República, como apontado no capítulo anterior, é um período de disputas entre princípios escolanovistas e o modelo pedagógico tradicional. Este conflito metodológico talvez possa justificar o silenciamento nos dois decretos nacionais de 1938 que, embora façam inferência sobre a importância de ter diretrizes que unifiquem o ensino primário, garantem a liberdade de escolha de livros que trazem consigo metodologias de alfabetização diferenciadas.

Enquanto o Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938 (BRASIL, 1938a), que cria, no Ministério da Educação e Saúde a Comissão Nacional de Ensino Primário, silencia sobre as questões metodológicas no que diz respeito à alfabetização no Brasil, conforme apontado, o Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927 (MATO GROSSO, 1927), que regulamenta a Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, vigorando até 1951, posiciona-se no que diz respeito a várias questões.

Segundo o referido decreto, em seu artigo 3º, o ensino público primário deveria ser “gratuito e obrigatório a todas as crianças normais, analfabetas, de 7 a 12 anos, que residirem até 2 quilômetros de escola pública”. As escolas públicas primárias eram categorizadas em: escolas isoladas rurais; escolas isoladas urbanas; escolas isoladas noturnas; escolas reunidas e grupos escolares, assim denominadas de acordo com o local e o número de turmas existentes. Quanto aos métodos de ensino e às prescrições pedagógicas essenciais, o Artigo 91 deste documento menciona que os professores deveriam observar as seguintes normas:

- 1) passarão sempre, no ensino de qualquer disciplina, do concreto para o abstrato, do simples para o composto e o complexo, do imediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido [...]
- 5) empregarão, no ensino da leitura, o método analítico; [...]
- 11) evitarão a rotina e acompanharão de parte as lições, a experiência didática e da ciência pedagógica (MATO GROSSO, 1927, n.p.).

O Artigo 161 deste mesmo regulamento atribui, aos inspetores gerais do ensino, a função de visitar as escolas do estado, com o objetivo de verificar, entre outras coisas, os livros adotados; os materiais existentes e sua conservação; os métodos de ensino empregados e os programas do ensino.

O mesmo Regulamento ditava o seguinte Programa para as classes de alfabetização: “1º ano – Leitura e linguagem oral e escrita; aritmética; geografia; ciências físicas e naturais;

educação higiênica; instrução moral e cívica; desenho; trabalhos manuais; canto“ (BRASIL, 1942, p. 17).

Maciel (2003), ao tratar da realidade do estado de Minas Gerais, relata o quanto era comum que leis e decretos ditassem a metodologia a ser adotada em uma determinada unidade da federação. A autora pondera que

Os métodos de ensino da leitura, geralmente, vinham determinados nas leis e nas regulamentações da instrução primária. Buscar a uniformidade na instrução primária por meio dos métodos de ensino era uma das formas de se garantir o controle do governo sobre o processo de escolarização da população mineira (MACIEL, 2003, p. 234).

O documento analisado cita o método analítico como o escolhido para ser utilizado em Mato Grosso. Este método toma como ponto de partida uma unidade com significado, e contrapõe-se à fragmentação - tida por ele como *sem sentido*, que é a base dos métodos sintéticos.

Segundo Amâncio e Cardoso (2006), mesmo antes do Decreto nº 759 (MATO GROSSO, 1927) entrar em vigor, já existia, por parte das instituições educacionais do estado, um forte trabalho em defesa do método analítico (oficialmente desde 1915). Segundo as autoras, o referido documento apenas *obligou* os professores a adotarem este método de alfabetização, multiplicando o número de títulos de cartilhas que trabalhavam com esse princípio. No entanto, na prática, nem sempre os professores alfabetizavam com o método analítico. De acordo com estudos de Bertolotti e Silva (2014, n.p.), entre 1940 e 1960, a execução, pelos professores alfabetizadores do programa de ensino em Paranaíba, município localizado no sul de Mato Grosso,

[...] ficava circunscrita a ensinar a ler e escrever, com desenvolvimento de alguns conhecimentos matemáticos; e o método adotado era, geralmente, desconhecido, por isso empírico; ou seja, entre o prescrito e o praticado na alfabetização de crianças em Mato Grosso houve larga distância.

Enquanto o Regulamento Estadual de 1927 prega a utilização do método analítico e muitos professores ainda utilizavam métodos empíricos, Mortatti (2000b) esclarece que, a partir de 1930, as cartilhas produzidas e em circulação no estado de São Paulo passaram a se basear em métodos analítico-sintéticos.

Como se observa, o regulamentado em Mato Grosso corria na contramão dessa realidade. Não é à toa que Lourenço Filho, em 1942, à frente do Instituto Nacional de Estudos

Pedagógicos (INEP), comentando os dados da organização do ensino primário em Mato Grosso, indica o anacronismo da legislação:

A organização do ensino, como se vê pela súmula da legislação contida neste boletim, é das mais singelas; o ensino primário obedece ainda a um regulamento datado de 1927. [...] Deve-se confessar, [...] que os programas e a orientação geral do ensino estão a exigir revisão, para que melhor se adaptem às necessidades gerais da vida, do Estado e às peculiaridades de trabalho, em cada uma de suas distintas zonas de produção (LOURENÇO FILHO, 1942, p. 8).

De volta ao cenário nacional, em 1940, a Portaria Ministerial nº 253, de dezembro de 1940 (BRASIL, 1940) instalou a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Esta comissão possuía mais uma função de controle político-ideológico do que propriamente uma função didática (FREITAG, 1987), uma vez que a criação da CNLD ocorreu no período do Estado Novo, um momento político autoritário, no qual se buscava garantir a identidade nacional. A CNLD tinha como tarefa fazer o controle da adoção dos livros, de forma que eles possibilitassem o desenvolvimento de um espírito de nacionalidade e, assim, os aspectos morais, cívicos e políticos sobrepunham-se aos didáticos-metodológicos (OLIVEIRA; GUIMARÃES; BOMÉNY, 1984). Após questionamentos sobre a legitimidade dessa comissão, muito criticada pelos intelectuais da época, que a acusavam de ter uma função controladora, de caráter político e ideológico ao invés de didático, em 1945, o Estado consolidou a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

O Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945 (BRASIL, 1945) reestruturou o Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938 (BRASIL, 1938a). Elaborado no fim da *Era Vargas*, este novo documento legal trouxe as seguintes novidades, se comparado ao decreto que o antecedeu: passou a ser destinada aos professores das escolas primárias a escolha do livro didático para uso dos alunos, desde que este constasse na relação oficial das obras de uso autorizado e atendesse à orientação didática dos programas escolares; oficializaram-se as Caixas Escolares¹³ nas escolas primárias, tendo como principal função a compra de livros didáticos às crianças carentes, o que permite inferir que a distribuição de livros por parte do governo era insuficiente; o Instituto Nacional do Livro (INL) passou a ser o responsável pela publicação de livros didáticos para o uso nos estabelecimentos de ensino do país; o documento manteve a advertência de que seria negada a circulação de livros que

¹³ A Caixa Escolar estava prevista no Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado, de 1927, e consistia na arrecadação de fundos junto à sociedade para custear uniformes, livros e outros materiais didáticos e de expediente das escolas públicas do estado de Mato Grosso.

apresentassem inadequação metodológica. No entanto, advertia que não poderia ser negada autorização para uso de qualquer livro didático, por motivo de orientação pedagógica, evidenciando que estes livros eram importantes agentes de subjetivação de professores, uma vez que traziam consigo concepções sobre a melhor forma de ensinar e aprender.

Silva (2012), ao traçar uma trajetória dos estudos na área da alfabetização, tendo objeto de investigação os livros didáticos de alfabetização, pondera que é possível ilustrar como as teorias produzem e tornam verdadeiros determinados discursos, definindo, a partir deles, formas de ensinar e aprender, bem como a valorização de certas atitudes, ao definir a forma de agir não só de professores, mas de autores didáticos e gestores educacionais. A autora reconhece a multiplicidade de discursos institucionais e acadêmicos como produtos culturais marcados por uma racionalidade datada e identificada em autorias. Desta forma, permite discutir como ocorre sua invenção, bem como suas representações e seus deslocamentos, sem perder de vista como disputam espaço para o seu reconhecimento acadêmico. Diante disso, podemos inferir, novamente que, ao garantir a circulação de livros com diferentes orientações pedagógicas, não há uma unanimidade quanto à concepção de alfabetização a ser adotada, deixando transparecer as disputas metodológicas já mencionadas acima.

Inspirado no Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Primário (BRASIL, 1946), o estado de Mato Grosso promulgou a Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951, Lei Orgânica do Ensino Primário do estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 1951), que substituiu o Regulamento de 1927. Segundo os dois documentos, de 1946 e de 1951, a finalidade do Ensino Primário era a de proporcionar a iniciação cultural, o desenvolvimento de virtudes morais e cívicas, o desenvolvimento da personalidade e levar o nível dos conhecimentos necessários para o convívio familiar, à manutenção da saúde e à iniciação no trabalho.

Os estabelecimentos de ensino primário mantidos pelos poderes públicos eram assim categorizados, de acordo com o número de turmas e professores: escola isolada, escolas reunidas, grupo escolar e escola supletiva. A distinção entre escolas urbanas e rurais, aparentemente, deixou de existir.

O ensino primário passou a ser categorizado em fundamental (elementar e complementar) e supletivo. No fundamental elementar, deveriam ser ministradas as seguintes disciplinas: leitura e linguagem oral e escrita, iniciação matemática, geografia e história do Brasil, conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho, desenho e trabalhos manuais, canto orfeônico e educação física.

No que diz respeito ao ensino primário fundamental, os seguintes princípios metodológicos foram pontuados:

- 1) Desenvolver-se de modo sistemático e graduado, segundo, os interesses naturais da infância;
- 2) ter como fundamento didático as atividades dos próprios discípulos;
- 3) apoiar-se nas realidades do ambiente em que se exerça, para que sirva à sua melhor compreensão e mais proveitosa utilização; [...]
- 4) desenvolver o espírito de cooperação e o sentimento de solidariedade social;
- 5) revelar as tendências e aptidões dos alunos, cooperando para o seu melhor aproveitamento no sentido do bem estar individual e coletivo;
- 6) inspirar-se, em todos os momentos, no sentimento da unidade nacional e da fraternidade humana (MATO GROSSO, 1951, n.p.).

A preocupação com o desenvolvimento de atividades de forma gradual, respeitando o ritmo e os interesses da criança, partindo da sua realidade em busca do bem-estar individual e coletivo parece ser a marca de uma educação que tem como princípios os ideais da Escola Nova.

A tendência defendida na lei de 1951 (MATO GROSSO, 1951) parece chamar a atenção para as relações que devem se estabelecer entre educação e produção de significado: estudar deveria ser uma atividade que aproveitasse a curiosidade da criança e favorecesse sua iniciativa e sua autonomia, combatendo as antigas práticas de ensino e de alfabetização. Amâncio e Cardoso (2006) pontuam que, por mais de um século (todo o século XIX e parte do XX), vigorou no estado do Mato Grosso o método da soletração¹⁴, representado nas *Cartas ABC*. Aparentemente é esta prática que se estava tentando combater, embora desde 1927 a alfabetização sem sentido estivesse sendo considerada inadequada pela legislação do estado. É importante chamar atenção que, ao contrário do Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927 (MATO GROSSO, 1927), que deixa clara a opção do estado pelo método analítico, a Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951 (MATO GROSSO, 1951) prefere silenciar sobre este tema. Sobre o assunto, resta questionarmos: estes silenciamentos, também apontados por Amâncio e Cardoso (2006), estariam significando uma liberdade didático-metodológica em tempo de *guerra dos métodos*? Segundo as autoras, esta indefinição metodológica não influenciou significativamente, no que diz respeito à produção e circulação de cartilhas da época. Este cenário só passa por alterações significativas na década de 1970¹⁵.

¹⁴ Considerado um estágio inicial da aprendizagem da leitura, a soletração limitava-se a decorar algo sem realmente saber ler.

¹⁵ Segundo Amâncio e Cardoso (2006), no que tange à produção didática, Mato Grosso foi somente usuário/consumidor do mercado editorial de outras regiões brasileiras, rompendo com essa tradição, apenas nos anos de 1970, com a produção da cartilha *Ada e Edu*.

Em 1961 temos a criação da primeira LBD, a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo este documento, a educação nacional tem por finalidade a compreensão dos direitos e deveres da pessoa e dos grupos sociais, respeitando a liberdade e a dignidade do indivíduo. A formação do cidadão e o respeito à família e à pátria são pontuados, buscando desenvolver o espírito cívico e promotor do bem comum, sem distinção de raça, classe ou convicção política, filosófica ou religiosa. O preparo para o uso das novas tecnologias e a preservação e expansão do patrimônio cultural também são mencionados.

A educação passa a ser um direito de todos, e deve ser dada no lar e na escola. O ensino era organizado em primário e médio: o “ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social” (BRASIL, 1961). Este deveria ser ministrado em quatro séries, sendo obrigatório a partir dos sete anos, e na língua nacional.

Quanto à metodologia, o Artigo 20 do documento faz menção:

- 1) à variedade de métodos de ensino e formas de atividade escolar, tendo-se em vista as peculiaridades da região e de grupos sociais;
- 2) ao estímulo de experiências pedagógicas com o fim de aperfeiçoar os processos educativos (BRASIL, 1961).

A diversidade metodológica é pontuada, deixando espaço para que cada unidade da federação optasse por qual seguir, respeitando suas especificidades. Segundo Amâncio e Cardoso (2006), o estado de Mato Grosso passou a adotar, a partir de então, o método analítico-sintético, dando um novo rumo à alfabetização e à circulação de cartilhas no estado.

Embora no estado de Mato Grosso não se tenha verificado a produção de livros didáticos de alfabetização antes da década de 1970 (AMÂNCIO; CARDOSO, 2006), políticas de circulação já podem ser encontradas na legislação, pelo menos, desde 1927. No entanto problemas com a aquisição e distribuição de *material de ensino* para as escolas instaladas no estado parecem marcar a época, estando presentes em vários relatos de autoridades. A mensagem do Presidente Mario Corrêa da Costa é um destes exemplos, nela o presidente da província acusava a carência de “material didactico e escolar” (MATO GROSSO, 1927, p. 122) nas 146 escolas disseminadas pelos municípios.

Nesse sentido, o Regulamento de 1927, talvez em uma tentativa de produção de livros didáticos com caráter mais local, incentivou a produção desses materiais, conforme Artigo 131.

[...] o professor público que compuser alguma obra didática de reconhecida utilidade, a juízo do Conselho Superior do Ensino, terá direito a um prêmio Pecuniário, arbitrado pelo governo do Estado, nunca inferior a 2:000\$000 nem superior a 5\$000\$000, além da impressão e publicação da obra às expensas dos cofres públicos (MATO GROSSO, 1927).

Em 1942, em relatório, o Diretor Geral da Instrução Pública, Francisco Alexandre Ferreira Mendes, ainda lastimava a falta de produção própria de livros didáticos adequados à realidade local e regional.

O problema do ensino primário em Mato Grosso, nas pequenas cidades e vilas do interior, apesar do empenho da administração estadual, não está ainda de acordo com os processos da Escola Nova, e isto em nada nos constrange, por isso que é o que se observa geralmente no Brasil. A causa? A falta da formação profissional dos membros do magistério e a falta de um intercâmbio de idéias [*sic*] entre os professores dos diversos Estados brasileiros. E para agravar a situação do ensino primário mato-grossense, há a falta do livro didático apropriado ao meio. Adotam-se nas escolas de todos os tipos, livros didáticos exclusivamente de autores paulistas, pois não temos autores didáticos no Estado. Não obstante reconhecermos a excelência e o valor moral dos livros didáticos dos ilustrados autores paulistas, precisamos convir que, apenas em algumas zonas sulinas de Mato Grosso, limítrofes com o Estado de S. Paulo, há pequenas semelhanças de hábitos e costumes e onde, por isso, tais obras produzem influência no espírito das crianças. No mais, os livros didáticos a que nos referimos, cuidam dos assuntos e problemas locais e algumas vezes dos gerais da economia e riquezas brasileiras, que muito influem na alma infantil das crianças das cidades. [...] Os livros didáticos pois, precisam obedecer de um modo especial aos meios de vida locais, para que, influenciando no espírito da criança, atue decisivamente na sua formação, atendendo à sua curiosidade natural (MATO GROSSO, 1942, n.p.).

No mesmo relatório, o Diretor apontou para a necessidade de revisão dos programas de ensino, como forma de resolver o problema do livro didático.

É medida que se impõe, desde que a educação visa principalmente a adaptar o homem ao meio. Precisa ser feita com meticulosidade, procurando focalizar os assuntos que despertam na alma infantil, o amor ao lugar em que nasceu, como um trecho integrante da Pátria comum. Com este objetivo devemos resolver o problema do livro didático. Uma comissão composta de Professores de diversos Estados, encarregada de selecionar os livros didáticos a serem adotados, ou incumbida de elaborar outros adequados às diversas modalidades da vida brasileira, parece-nos, será caminho acertado e seguro para se concretizar a obra do ensino quanto a este importante assunto.

Com isto, entendemos mais lembrar que, o ensino ministrado nas escolas, encarando os problemas sociais e econômicos do meio em que atua, não pode se circunscrever somente à zona de ação do escolar. A educação deve acompanhar os ensinamentos de tudo o que se relaciona com a vida brasileira, de um modo geral, enraizando no espírito da criança, com o conhecimento das riquezas da terra do berço e das riquezas e esperanças do grande todo, que é a nação, o amor à pátria (MATO GROSSO, 1942, n.p.).

Apesar dos reclamos do relator, a Lei nº 452 - Lei Orgânica do Ensino Primário do estado de Mato Grosso, de 1951 (MATO GROSSO, 1951) não traz nenhuma menção com relação à circulação, distribuição ou adoção de livros didáticos, tampouco aponta soluções para os problemas indicados nos relatórios transcritos. Apenas menciona que o ensino primário deve seguir o estabelecido em lei, no que diz respeito à construção e ao aparelhamento das escolas.

Como forma de solucionar esses problemas e tarefa de controle, ao que tudo indica, a publicação da Lei nº 866, de 22 de outubro de 1956 (BRASIL, 1956), que regulamentava o cargo de Inspetor Regional do Ensino Primário, apresenta-se como investimento do poder estadual para controle e qualificação, tanto dos métodos de ensino quanto dos livros didáticos utilizados. Esse cargo, de acordo com a lei, poderia ser preenchido por professores do curso secundário, normalistas e diplomados no curso ginásial, científico e superior, e essa figura tinha o poder de inspecionar e fiscalizar todas as escolas, verificando, entre outros, os livros didáticos e os métodos adotados, além de propagar os métodos recomendados pelo Diretor Geral do Departamento de Educação e Cultura. Como ocorreu esse trabalho? O que foi legitimado no extenso estado de Mato Grosso, no que diz respeito à circulação de livros didáticos e os métodos que propagavam? Questões como estas podem ser respondidas, tanto a partir da investigação de relatórios desses inspetores quanto das reminiscências da memória e das fontes documentais escritas que restaram nos arquivos e acervos que tratam da escola primária do sul de Mato Grosso.

Após este panorama geral que nos permitiu entender um pouco da realidade nacional e estadual no que tange às leis e aos decretos que tratam da educação e do livro didático, passo no próximo capítulo a tratar da região da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em seus aspectos históricos e no que diz respeito aos materiais para o ensino da leitura e escrita encontrados nela.

5. A COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS E A CIRCULAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS

O recorte espacial tomado como referência para o desenvolvimento deste estudo pertence à região que hoje compreende os municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Douradina, Glória de Dourados e Deodápolis. Estas cidades ficam localizadas no centro sul do estado do Mato Grosso do Sul.

Esta região, conhecida hoje como Grande Dourados, foi alvo do projeto desenvolvimentista e de colonização do Estado Novo, do então Presidente Getúlio Vargas, conhecido por Marcha para o Oeste, que criou na região a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Esta foi instituída em 1943 pelo decreto-lei nº 5.941, de 28 de outubro, teve sua real implantação em 20 de julho de 1948, quando ocorreu a demarcação de suas terras pelo governo federal do presidente Eurico Gaspar Dutra, por meio do decreto-lei nº 87 (PONCIANO, 2006).

Um dos objetivos do governo com a criação da CAND era o desenvolvimento econômico do país, a ocupação das terras com pouca densidade demográfica e a consolidação da identidade e do território brasileiro, uma vez que o Mato Grosso fazia divisa com outros dois países e existia uma concentração de propriedades em nome de grupos estrangeiros (MOREIRA, 2014).

Desde sua criação a Colônia começou a receber migrantes de todos os estados brasileiros, principalmente das regiões nordeste e sul do Brasil e de países asiáticos, do Paraguai e do Japão, todos atraídos pelas campanhas promovidas pelo governo federal direcionadas aos trabalhadores rurais interessados nas terras que seriam doadas.

De acordo com Menezes (2011) foi no segundo governo de Getúlio Vargas, na década de 1950, que as migrações chegaram ao seu apogeu, proporcionando, para a região expansão demográfica e transformações econômicas, políticas, culturais, sociais e educacionais, interrompendo o monopólio da Companhia Mate Larangeira¹⁶ responsável por todo o desenvolvimento da região até a criação da CAND.

Esta onda desenvolvimentista foi a responsável pela criação das primeiras escolas urbanas e a expansão das escolas rurais, uma vez que o governo federal passou a auxiliar o

¹⁶ Inicialmente denominada Empresa Matte Larangeira, a Companhia Matte Larangeira foi uma empresa que surgiu de uma concessão imperial ao comerciante Thomaz Larangeira, por serviços prestados na Guerra do Paraguai, e que atuou na exploração de erva-mate no sul do Mato Grosso. A Companhia foi a responsável pela fundação e desenvolvimento de várias cidades, e por um longo período o desenvolvimento econômico e social da região esteve atrelado a ela. Para se ter ideia do seu poder econômico, no seu auge, tinha um lucro seis vezes superior à arrecadação de impostos do estado do Mato Grosso inteiro. (QUEIROZ, 2015).

governo estadual no custeio financeiro das classes de ensino primário. Até a criação da CAND a educação na região ficava a cargo da família¹⁷, da iniciativa privada¹⁸ e acontecia, principalmente, nas fazendas da região, ou na própria casa de professores e alunos. Só depois passou a ser uma iniciativa do poder público que destinava poucos recursos para a aquisição de materiais didáticos e para a manutenção das escolas (IRALA et al, 2014).

Sobre o início da educação formal em Dourados, Irala et al (2014, p. 6) apontam que esta,

[...] inicia-se nas duas primeiras décadas do século XX marcada pela iniciativa privada. Primeiramente o ensino realizado pelas próprias famílias: alfabetização, leitura, primeiras noções gerais e de cálculo. A seguir, a ida à escola da fazenda para o ensino primário com o professor itinerante ou, na vila, a ida à escola particular na casa do próprio professor.

As primeiras escolas surgiram na área urbana, somente a partir da década de 1930, funcionando inicialmente na casa dos próprios professores, com turmas mistas, e poucos recursos para a aquisição de materiais didáticos e para a manutenção das escolas. Estas eram majoritariamente privadas. Somente no final dos anos de 1940, com a criação da CAND, a ação pública passou a ofertar o ensino primário. Isso se deveu à exigência estabelecida pelo Decreto Municipal nº 70, de 1946 de que todos os filhos de colonos residentes na Colônia deveriam ter acesso à instrução primária gratuita, sendo obrigatória a frequência, que caso não ocorresse geraria uma multa de Cr\$ 100,00 para os pais, além do comparecimento obrigatório à autoridade policial. (GRESSLER; SWENSSON, 1988).

Diante deste novo cenário, houve uma ampliação do número de escolas no estado, principalmente as rurais, que já eram a maioria. Sobre isso Irala et al (2014) ponderam que, embora os debates sobre a educação rural tenham tido início em 1910, no Brasil, é a partir Revolução de 1930, no Governo de Vargas, que o ensino rural ganhava destaque, em virtude da consolidação da corrente de pensamento denominada ruralismo pedagógico. Esta defendia a escola integrada às condições locais tendo por objetivo fixar o homem no campo.

Analizando Mensagens de Governadores e Relatórios de Instrução Pública referentes à Colônia Nacional Agrícola de Dourados a autora observa que entre os anos de 1940 e 1950

¹⁷ Levantamento feito pela Secretaria Estadual de Educação aponta que em 1964 Dourados contava com 42 salas de aula sob responsabilidade do poder público estadual, havendo necessidade de construção de mais 278 salas na zona urbana e rural.

¹⁸ Embora não tenhamos encontrado dados específicos da região da CAND, é importante mencionar que, segundo Mato Grosso (1965), em 1954, a rede estadual era responsável por 69,7% das escolas, a particular (20,7%) e a municipal (9,6%). Em 1960, a rede estadual reduziu sua expansão sendo responsável por 63,5% das instituições de ensino e as redes particular e municipal ampliaram sua abrangência para 24,5% e 12% respectivamente.

ocorreu a ampliação das redes de ensino tanto urbanas quanto rurais e nos anos 1970 as escolas urbanas superaram as rurais, devido ao aumento dos centros urbanos. No período, ocorreu a emancipação de vários municípios o que fez com que a população e o território correspondente a Dourados passasse por uma redução.

No que diz respeito a circulação dos livros destinado ao ensino das primeiras letras na CAND e procurando entender as peculiaridades desta região procurei estabelecer um parâmetro de comparação entre os livros que circulavam no então estado do Mato Grosso e na Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Para isso tomou-se como referência um estudo desenvolvido por Amâncio e Cardoso (2006) que trata da produção e circulação das cartilhas e dos primeiros livros de leitura no estado desde o período colonial até o ano 2000.

As pesquisadoras, vinculadas ao Grupo de Pesquisa Alfabetização e Letramento (ALFALE), organizado no interior do Núcleo de Pesquisas em Educação (NUPED) da Universidade Federal do Mato Grosso, desenvolveram um trabalho de referência sobre o tema no estado.

Como foi dito acima, o estudo das autoras serviu como parâmetro de comparação, pois a partir dele foi possível perceber quais os materiais que circularam no estado e chegaram até a CAND e os materiais que tiveram circulação restrita na região.

Com pesquisas em Regulamentos de Instrução Pública, Relatórios de inspetores, professores, diretores e orientadores de ensino, Livros de Almoxarifado da Instrução Pública, Livros de Atas do Conselho Superior da Instrução Pública, Livros de entrada e saída de material didático, Livro de registros escolares, Diários de classe, Caderno de normalistas, Provas de concurso público de professores, Propostas de Alfabetização (projetos oficinas) e entrevistas com docentes que lecionavam na época, Amâncio e Cardoso (2006) localizaram os seguintes títulos de cartilhas e primeiro livro de leitura no período de 1950 a 1980: *Cartilha do Povo*, *1º Livro Terra Brasileira*, *Cartas ABC*, *Cartilha Caminho Suave*, *Vamos Estudar?*, *Cartilha Sodré*, *Cartilha do Tatu*, *Cartilha Saber*, *Livro Barquinho Amarelo*, *Método Misto e História Minha Abelhinha*, *Tempo de Escola*, *Nossa Terra Nossa Gente*, *Ada e Edu*, *Davi, meu amiguinho*, *Pipoca*, *Alegria de Saber*, *Cartilha Porta de Papel*, *Cartilha da Mônica*, *Brincando com as Palavras*, *Cartilha todas as Letras*, *Eu gosto de ler e escrever corretamente*, *Brincando com as letrinhas*, *Crianças do Nosso Brasil* e *Cartilha Corações de Crianças*.

Na investigação realizada na região que pertencia a Colônia Agrícola Nacional de Dourados em arquivos públicos, de escolas, de laboratórios de pesquisas e nos documentos da 6ª Delegacia de Ensino Primário de Dourados em Cartas de agradecimento, Solicitação de

materiais, Comunicado de recebimento de materiais e Circular sobre as cartilhas que deveriam ser adotadas na região, e em cartilhas e livros de leitura localizados no acervo de professores que ministraram aulas na região durante o período, foram localizados os seguintes títulos entre 1950 e 1980: *Cartas ABC*, *Cartilha Caminho Suave*, *Vamos Estudar?*, *Cartilha Sodré*, *Cartilha do Tatu*, *Cartilha Saber*, *Livro Barquinho Amarelo*, *Método Misto e História Minha Abelhinha*, *Pipoca*, *Alegria de Saber*, *Cartilha Porta de Papel*, *Cartilha da Mônica*, *Cartilha Corações de Crianças*, *Alegria de Ler*, *Siga aprendendo – cartilha*, *Leitura é comigo – 1º livro*, *Vamos Sorrir – cartilha*, *Vamos Sorrir - I livro de leitura e Cartilha ABC*.

Comparando as duas listas são observadas semelhanças e diferenças. Os livros que circularam em todo o estado incluindo a região da Colônia Agrícola Nacional de Dourados são: *Cartas ABC*, *Cartilha Caminho Suave*, *Vamos Estudar?*, *Cartilha Sodré*, *Cartilha do Tatu*, *Cartilha Saber*, *Livro Barquinho Amarelo*, *Método Misto e História Minha Abelhinha*, *Pipoca*, *Alegria de Saber*, *Cartilha Porta de Papel*, *Cartilha da Mônica* e *Cartilha Corações de Crianças*.

Os resultados desta lista tem uma justificativa plausível, uma vez que a região da Colônia Agrícola pertencia ao estado de Mato Grosso, sendo esperado que os materiais que circulavam no estado estivessem presentes nas escolas da região, uma vez que seguiam as suas diretrizes e recomendações conforme foi possível verificar no capítulo 3.

Entre os livros que circularam no estado do Mato Grosso, localizados por Amâncio e Cardoso (2006), e que não foram localizados neste estudo entre os presentes na CAND estão: *Cartilha do Povo*, *1º Livro Terra Brasileira*, *Tempo de Escola*, *Nossa Terra Nossa Gente*, *Ada e Edu*, *Davi, meu amiguinho*, *Brincando com as Palavras*, *Cartilha todas as Letras*, *Eu gosto de ler e escrever corretamente*, *Brincando com as letrinhas* e *Crianças do Nosso Brasil*.

É possível que estes livros de leitura e cartilhas não tenham chegado até a região estudada devido ao tamanho do estado do Mato Grosso na época. Como a região de Dourados ficava localizada a 930 quilômetros da capital Cuiabá e as condições de estrada e transporte no período eram precárias é provável que algumas cartilhas tenham circulado em regiões específicas do estado por motivos variados como: proximidade da capital ou de estados vizinhos, rotas migratórias, entre outros fatores.

Os livros que circularam na Colônia Agrícola Nacional de Dourados, localizados nesta pesquisa, e que não foram localizados outras regiões do estado são: *Cartilha ABC*, *Siga aprendendo – cartilha*, *Leitura é comigo – 1º livro*, *Lendo e aprendendo – 2º volume*, *Viva aprendendo – 3º volume* e *Sempre aprendendo – 4º volume*, *Vamos Sorrir – cartilha*, *Vamos*

Sorrir - I livro de leitura, Vamos Sorrir: II livro de leitura, Vamos Sorrir: III livro de leitura, Vamos Sorrir: IV livro de leitura e Vamos Sorrir: V livro de leitura .

Analisando cada um dos exemplares que tiveram circulação na região e não foram localizados em outras regiões do estado por mim e pelos estudos que me antecederam foi possível identificar que se tratam de materiais produzidos em convênio com o Ministério da Educação e Cultura (MEC – assim denominado na época, hoje Ministério da Educação). Estes livros e cartilhas chegaram até a CAND devido a incentivos do governo federal que, além de distribuir terras aos migrantes, tornou obrigatória a escolarização entre os filhos dos colonos e como consequência investiu na criação e aparelhamento das escolas. Ao contrário das hipóteses levantadas acima no que diz respeito aos exemplares que circularam no estado e não circularam na CAND, de que as questões geográficas ou migratórias teriam intervido na circulação de livros na região, ao que parece os livros com circulação restrita na Colônia chegaram até lá por iniciativas do governo federal brasileiro, o que determinou as disparidades e que marcou a circulação destes impressos escolares.

6. PECULIARIDADES DAS CARTILHAS LOCALIZADAS NA CAND

Tendo acesso aos títulos que circularam de forma mais restrita na região da CAND, busquei entender as peculiaridades que marcavam estes materiais para confirmar ou não a hipótese de que a presença do governo federal determinou a circulação restrita dos mesmos nesta região. Como meu interesse é pelo ensino das primeiras letras passei a analisar as cartilhas: *Cartilha ABC*, *Siga Aprendendo* e *Vamos Sorrir*.

Com relação à *Cartilha ABC*¹⁹, o exemplar que localizamos é datado de 1962, sem número de edição, com diagramação de Aloisio Magalhães e desenhos de Gilvan Samico e Ellen Sporer, elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e “O Cruzeiro” e publicada pelo O Cruzeiro S/A. Esta fazia parte de um programa intitulado “Língua Pátria – programa de emergência” para distribuição gratuita nas escolas de todo o país.

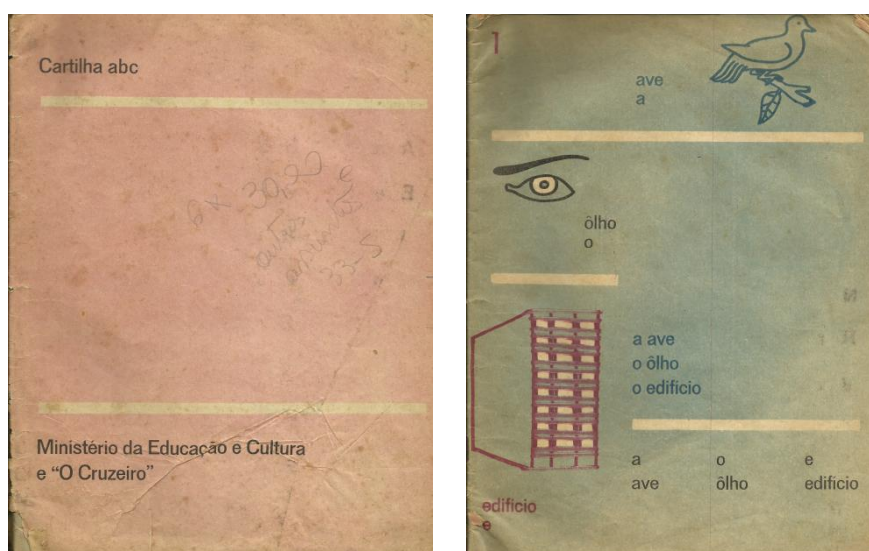


FIGURA 1: Capa e página 1 da *Cartilha ABC*, do Ministério da Educação e Cultura e “O Cruzeiro”. Rio de Janeiro: O Cruzeiro S/A, 1962.

Segundo informações obtidas no site Aloisio Magalhães²⁰, diagramador e ilustrador da obra, a *Cartilha ABC* era acompanhada pelo *Manual do Alfabetizador*, que além de reproduzir cada lição, explicava como deveria ser ensinada cada uma delas, uma vez que o material poderia ser utilizado na capacitação de professores leigos ou por qualquer pessoa alfabetizada

¹⁹ Com relação da *Cartilha ABC* localizei dois materiais com o mesmo título, um editado pela Tilibra e outro publicado pela O Cruzeiro S/A. A certeza de que a distribuída na CAND se tratava da editada pela O Cruzeiro veio através de um documento localizado no Arquivo Público do Mato Grosso onde o major Geraldo Jardim Fernandes, responsável pela chefia CRE 3, comenta sobre o não recebimento da cartilha solicitada e sobre o recebimento apenas do *Manual do Alfabetizador*.

²⁰ Site: <https://aloisiomagalhaesbr.wordpress.com/memoria-da-educacao/cartilha-abc/>. Acesso: 11 de setembro de 2017.

que desejasse ensinar outros a ler e a escrever. Tratava-se de um material adequado a realidade do Mato Grosso que à época contava com poucas escolas formais e com práticas ainda informais de alfabetização. O próprio nome dado ao *Manual* que acompanhava a cartilha evidencia este princípio uma vez que não se trata de um Guia, Livro ou Manual do Professor, mas um manual para qualquer pessoa alfabetizada que poderia se incumbir da alfabetização de outra pessoa, criança ou adulto analfabeto.

A *Cartilha* foi elaborada durante o Governo de João Goulart (1961-1964) que defendia a alfabetização emergencial do povo brasileiro, uma vez que na época apenas os alfabetizados poderiam votar e uma parcela significativa da população era analfabeta, sendo a alfabetização um projeto político de democratização do país. Diante disso, foram propostas medidas para tornar qualquer cidadão brasileiro alfabetizado como um potencial alfabetizador, sendo uma missão de toda a população colaborar para a erradicação do analfabetismo.

O *site* também apresenta as ponderações feitas pelo professor Darcy Ribeiro, Ministro da Educação e Cultura em 1962, que informa que a cartilha e os livros que fizeram parte da coleção resultaram

[...] de uma pesquisa empreendida em 1958 por um grupo de linguistas do Instituto Linguístico da Universidade de Oklahoma, encabeçado pela Doutora Sarah Gudschinsky, professora da Universidade de Brasília e uma das maiores especialistas do mundo em problemas de alfabetização, tanto que é consultora da UNESCO para esses assuntos. Os referidos linguistas foram contratados pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais com o objetivo de elaborar uma cartilha que servisse tanto a criança como ao adulto analfabeto e que contivesse os sons básicos e as palavras mais correntes da língua portuguesa em todas as regiões para que pudesse ser adotada em todo o país. Procura-se por isso uma região em que a fala popular é pouco marcada e o vocabulário o mais usual. A escolha recaiu sobre a cidade de Leopoldina, em Minas Gerais. A pesquisa de campo focalizou a linguagem falada por moradores rurais e urbanos das camadas populares e especificamente pelos analfabetos. Recolhemos essa linguagem gravando conversas com o homem da rua. Realizamos um estudo intensivo da linguagem de uma família-base. Todo esse material serviu para o preparo de uma lista de palavras pela qual pudemos determinar a frequência em que elas ocorriam e a fixação dos fonemas utilizados espontaneamente nessa linguagem (RIBEIRO, 1962, notas do site).

O autor ainda conta que na etapa final da elaboração a *Cartilha* e o *Manual do Alfabetizador* foram revisados estética e ortograficamente por Carlos Drummond de Andrade. A composição, ilustração e apresentação gráfica ficaram a cargo de uma equipe de artistas chefiada por Aloisio Magalhães que selecionou os desenhos e escolheu um tipo especial de letra, segundo ele, de grande clareza, que tanto se aproxima da escritura manual como da tipográfica.

Ainda segundo o *site*, o Ministério da Educação, em discurso proferido na ocasião do lançamento da *Cartilha ABC*, aconselhava que a cultura brasileira deveria se orgulhar da bela

obra produzida, e ressalta que Darcy Ribeiro apontou uma única restrição a ela: a de não conter nenhuma mensagem ao caráter cívico e nem motivação de natureza utilitária, a justificativa para isso é de que a função primordial da cartilha era a de alfabetizar as pessoas independentemente da idade. Segundo Ribeiro (1962, notas do site), a cartilha deveria permitir

[...] que o alfabetizador seja capaz de introduzir não só a motivação no sentido de manter vivo o interesse dos alunos pelo trabalho, mas, o de dar, através do curso em cada aula as informações complementares que cumpre assegurar ao analfabeto, no próprio processo de alfabetização que vai além do ensinar a ler e escrever — inclui também a recuperação total para a vida social integrando na comunidade da Nação, massas inteiras de brasileiros, hoje considerados marginais.

Segundo Ribeiro (1962, notas do site), o objetivo do Governo Federal era o de matricular todos os jovens ainda não alfabetizados até os 18 anos pretendendo em cinco anos erradicar o analfabetismo entre os menores de 23 anos, para isso o governo investiu cerca de um bilhão de cruzeiros para publicação de cartilhas e manuais de alfabetização de adultos. A Revista “O Cruzeiro”, foi parceira nesta ofensiva lançando junto ao MEC um empreendimento editorial visando à distribuição de quatro milhões de cartilhas de alfabetização e de cento e cinquenta mil exemplares do manual de preparo e orientação do alfabetizador. É importante destacar que no estado de Mato Grosso não era comum a distribuição de cartilhas. Bertolotti e Silva (2016) evidenciam a presença oficial de Caixas Escolares destinadas a compras de livros didáticos em Mato Grosso, no entanto, neste estudo, o nome desta cartilha foi encontrado em um ofício emitido pela Delegada Interina de Ensino da 6ª Delegacia de Ensino Primário de Dourados – Mato Grosso para a Delegada de Ensino de Campo Grande, Marina Couto, em 1967, agradecendo pelo recebimento de materiais escolares entre eles 80 *Cartilhas ABC* e solicitando o envio de nova remessa desse material e no Ofício enviado pelo major Geraldo Jardim Fernandes reclamando o não recebimento do material (ver nota 19). Isto representa que o projeto do Governo Federal de distribuição em larga escala da cartilha atingiu, ao menos parcialmente, seu objetivo, se considerada a circulação dessa cartilha na CAND, já que nesse espaço o Governo tinha uma forte influência devido ao fato de ser uma “comunidade” idealizada por ele e, como já mencionado, ter intervindo na política educacional da região, ampliando a rede para além da já existente que ficava a cargo do estado, devido a obrigatoriedade de oferta de ensino aos colonos que vieram ocupar a região.

A cartilha *Siga Aprendendo* teve seu nome localizado em uma lista que orientava a adoção de livros pelas escolas no ano de 1973. Além da cartilha são citados na lista os outros livros da coleção, *Leitura é comigo* – 1º livro, *Lendo e aprendendo* – 2º volume, *Viva aprendendo* – 3º volume e *Sempre aprendendo* – 4º volume, sendo os dois primeiros destinados ao primeiro ano. Segundo Silva (2014), a estratégia de atrelar uma obra a uma coleção tinha, além de um viés didático, um cunho comercial, utilizado com sucesso pelas editoras francesas e adotado aqui no Brasil, uma vez que ao adotar um livro da coleção a escola estava automaticamente fazendo a escolha pelos demais livros que a compunham garantindo a comercialização do material e barateando seu custo de produção.

Localizamos um exemplar da cartilha, datado de 1971, e um *Guia do Professor* de 1968, ambos sem número de edição, de autoria de Alayde Marcozzi, Eurilete Jacome, Gilda Marra, Léa Lima, Marlene Blois, Nair Adell, Ruth Dana e Tito Avilez, com capa ilustrada por Marius Lauritzen Bern – que segundo Hallewell (2005) colaborou para o progresso gráfico que a Editora Civilização Brasileira teve no Brasil nos anos 1950 -, e desenhos de Kempner, com supervisão técnica de Roberto Pontual e publicada, na edição de 1968, pela Civilização Brasileira e, na edição de 1971, pela Companhia Editora Nacional/MEC.



FIGURA 2: Capa e página 1 da cartilha *Siga Aprendendo*, de Alayde Marcozzi (et al). São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1971.

Obtive poucas informações sobre a editora Civilização Brasileira. O ano de fundação foi 1932, tendo como objetivo aliar tradição e pensamento crítico por meio de suas produções, sendo incorporada ao Grupo Record no ano de 2000. Já a Companhia Editora Nacional, foi criada em 1925 por José Bento Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira. Segundo Bragança (2004), essa editora cresceu significativamente disputando espaço com as maiores

livrarias da época, entre elas, a Livraria Francisco Alves. Em 1943, deu origem à Editora do Brasil, que se tornou importante na edição de materiais didáticos (HALLEWELL, 2005).

Encontramos vestígio desta cartilha no livro de Exposição de Lançamentos do ano de 1968 da Biblioteca Nacional e no Diário Oficial do Poder Executivo do Estado de São Paulo, de 10 de fevereiro de 1971, como sendo um livro recomendado para a circulação na rede de ensino estadual.

Localizamos poucas informações sobre os autores da cartilha. Alayde Marcozzi publicou além dos outros materiais que compõem a coleção o livro *Ensinando a Criança*, cuja edição mais antiga localizada foi a de 1965. Trata-se de um livro técnico da área da educação demonstrando que além de autora didática era uma pesquisadora. Encontramos referência a Nair Adel em um estudo realizado por Peres (2008) que a cita como uma das integrantes de uma comitiva de professoras brasileiras que viajaram aos Estados Unidos, no âmbito da política da Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) no acordo MEC/USAID (United States Agency for International Development), para realizar estudos sobre produção de livros didáticos, em 1969, representando o Rio de Janeiro. Participaram deste grupo autores didáticos indicados por editoras, e técnicos das Secretarias de Educação dos estados. Não localizamos informações ou outras publicações de Eurilete Jacome, Gilda Marra, Ruth Dana, Tito Avilez, Léa Lima e Marlene Blois, além dos livros que compõem a coleção a qual pertence a cartilha *Siga Aprendendo*.

Ao contrário da *Cartilha ABC* esta foi destinada preferencialmente a professores. O próprio título do exemplar que acompanha a cartilha se intitula *Guia do Professor*, direcionando o público ao qual se destina. A primeira página do *Guia* também traz indicações sobre a quem ele se designa

Um professor com experiência em alfabetização sabe muito bem que a adoção de um processo para ensinar uma criança a ler, só tem importância como ponto de partida. [...] Procurará, ainda, utilizar os mais variados recursos, não só para fixações das palavras que gradativamente vão sendo apresentadas aos alunos, bem como para conseguir êxito nos exercícios de análise fonética e isolamento de sílabas. [...] Temos a certeza de que os colegas assim procederão. Já sabemos desde os nossos primeiros contatos com o magistério, que o esforço e o idealismo dos professores são fatores sempre presentes na tarefa de ensinar. (MARCOZZI et al, 1968, p.01)

O fragmento demonstra que os autores pressupunham que o alfabetizador que fosse utilizar a cartilha deveria ter conhecimentos técnicos, teóricos e pedagógicos na área, não sendo pensada e indicada para pessoas dispostas a alfabetizar, como a *Cartilha ABC*. Há, porém, uma frase ao final da seção “O processo” que nos permite inferir que este material pode ser utilizado por professores leigos: “Há os que o fazem, com maiores ou menores

recursos de aplicação científica e os que se utilizam de instrução natural. A verdade é que o fazem” (MARCOZZI et. al., 1968, p.02).

O número de professores leigos²¹ era algo significativo no estado do Mato Grosso no período estudado. Furtado e Moreira (2015) explicam que eles foram os responsáveis por grande parcela do ensino na época e que os contratados para trabalhar na CAND recebiam uma formação em serviço muito mais estruturada do que os contratados pelo governo do estado.

Os textos da cartilha e o *Guia do professor* dão indícios de que se trata de um material elaborado para a alfabetização apenas de crianças. Os textos e ilustrações pertencem ao universo infantil e as orientações técnicas descrevem como acontece o desenvolvimento infantil e o quanto a ludicidade é fator importante para a aprendizagem. Na seção “Iniciando um programa de leitura as crianças precisam...” são citadas entre várias estratégias: “ [...] comemorações de aniversários, dramatizações, bandinha rítmica, jogos, brincadeiras cantadas, narrações de histórias e poesias, memorização de quadrinhas, passeios, entrevistas [...]” (MARCOZZI et al, 1968, p.6).

Mais uma vez acreditamos que o que explica a circulação desta cartilha nesta região do estado, não sendo encontrada em outras regiões já investigadas, se deve ao fato de esta ter a chancela do MEC, uma vez que a segunda capa da cartilha, editada em 1971, traz as informações: Companhia Editora Nacional em convênio com o Instituto Nacional do Livro do MEC. Conforme aponta Silva (2012), o Instituto Nacional do Livro (INL) foi um órgão específico criado em 1929 para legislar sobre políticas nacionais do livro didático. Tinha o objetivo de contribuir para a legitimação do livro didático nacional e auxiliar no aumento de sua distribuição. Como exposto anteriormente o Governo Federal tinha um papel atuante na educação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e provavelmente fazia com que os livros adotados pelo MEC fossem distribuídos na região.

A cartilha *Vamos Sorrir* foi escrita por Maria Braz e faz parte de uma coleção que inicia com a cartilha e acompanha outros cinco livros destinados do primeiro ao quinto ano. Os livros mantêm o mesmo título *Vamos Sorrir* e foram escritos em parceria com Candido Oliveira. A capa e as ilustrações da cartilha foram feitas pelo Stúdio Ito.

²¹ Em 1960, 78,7% dos professores que lecionavam no Mato Grosso eram leigos (MATO GROSSO, 1965)



FIGURA 3: Capa e página 1 da cartilha *Vamos Sorrir*, de Maria Braz e Candido de Oliveira. São Paulo: Editora FTD, 1974.

Vamos Sorrir foi publicada pela FTD, editora fundada no Brasil em 1902 que desde a sua origem se dedicou à publicação de livros escolares. Estes com o tempo se organizaram em Coleções de Livros Didáticos, o que estimulou a produção destas obras em todas as disciplinas. A cartilha foi publicada de acordo com padrão denominado pela FTD de Método FTD, que incluía a publicação da editora sempre acompanhada do Livro do Mestre (FTD, notas do site²²).

O Livro do Mestre passou a ser visto como um guia seguro que trazia economia de tempo para os professores e farto material para os alunos trabalharem; por isso, os livros da FTD foram adotados pela maioria dos colégios. Era difícil encontrar uma escola brasileira que não adotasse vários livros da FTD, tanto na rede particular como na rede pública. (FTD, notas do site)

Como se nota, assim como a cartilha *Siga Aprendendo*, a *Vamos Sorrir* foi escrita para uso de professores. O manual que acompanha a cartilha é intitulado *Livro do Professor*, porém o exemplar que encontramos não informa nem o ano, nem a edição, mas comparando as orientações e a paginação, percebemos que se trata de edição distinta à da cartilha que encontramos e que daremos mais informações no capítulo que segue. Este traz orientações técnicas e didáticas sobre a cartilha assim como atividades suplementares e orientações de como proceder a cada lição. O *Livro do Professor* apresenta os objetivos da aprendizagem da leitura, os métodos e processos de aprendizagem e como deve ocorrer a avaliação e a recuperação da aprendizagem. O livro não traz nenhum indício de que o material foi pensado

²² Site: <https://ftd.com.br/a-ftd/a-historia/>. Acesso: 14 de setembro de 2017.

para professores leigos, ao contrário, todo o tempo é evidenciada a importância da formação docente para que um bom trabalho seja desenvolvido. Ao final do manual são apresentadas as “Recomendações Bibliográficas” que orientaram a elaboração da cartilha e são sugeridas para leitura dos professores.

[...] apresentamos o “Livro do Professor” com o propósito de colaborar no sentido de promover a melhor utilização da cartilha [...] É necessário, entretanto, que o professor esteja atento a todas as oportunidades que se lhe apresentem, levando em conta as peculiaridades de sua classe, adaptando as atividades sugeridas, encontrando novos caminhos, complementando, ajustando, aprofundando para que o seu ensino seja realmente integrador. (BRAZ, s.d, p.03)

A cartilha é destinada apenas ao público infantil. Isso é possível de perceber mediante os textos, as imagens e as orientações contidas no *Livro do Professor*.

Ensinar a ler consiste no desenvolvimento do mecanismo de leitura, através da ampliação de experiências, ricas e estimulantes, que permitam à criança o crescimento de suas habilidades para compreender e sentir o que lê, fazendo de sua aprendizagem a emulação para novos descobrimentos (BRAZ, s.d, p.03).

O método indicado pela cartilha é o analítico-sintético, o que nos faz pensar que esta foi uma indicação do Governo do Estado do Mato Grosso, uma vez que as orientações pedagógicas da época defendiam o uso desta metodologia. Segundo Amâncio (2008), desde 1924 há indícios de uso deste método no estado de Mato Grosso, embora sua adoção tenha ocorrido bem mais tarde como já foi tratado no capítulo 3. A partir da adoção do método analítico-sintético, foi dado um novo rumo à alfabetização e à circulação de cartilhas neste estado.

Outra hipótese levantada para a circulação da cartilha é a forte influência que São Paulo exerceu na política educacional do Mato Grosso. Bertoletti e Silva (2016), ao analisar o relatório do Diretor Geral de Instrução Pública de 1942, Francisco Alexandre Ferreira Mendes, evidenciam esta influência.

No que diz respeito à circulação de livros didáticos, os reclamos do relator parecem refletir a realidade da escola primária de Paranaíba [possivelmente a mesma da região da CAND], caso em que os livros não somente eram comprados no estado de São Paulo, em razão da total ausência de livrarias no município, como também eram, em sua maioria, de autores paulistas, formados pela Escola Normal de São Paulo (BERTOLETTI; SILVA, 2016, p. 386) .

O que deixa dúvida é o porquê de estas cartilhas encontradas exclusivamente na CAND não terem sido localizadas em outras regiões do estado em estudos feitos por Amâncio e Cardoso (2006) e por Bertoletti e Silva (2016). Havia desenvolvido a hipótese de que estas

cartilhas poderiam ter chegado à região da CAND por meio das migrações feitas por mineiros, gaúchos ou nordestinos, porém ao revisitar estudos feitos por Peres (2006), Frade e Maciel (2006), entre outros, não encontrei nenhum indício que confirmasse minha suspeita.

Entretanto, considero que a influência do governo federal na região teve papel preponderante na escolha e circulação das cartilhas localizadas neste trabalho, que caracterizam certa ruptura em relação a outras localidades do estado de Mato Grosso, impulsionado pelo projeto de povoamento empreendido pelo Governo Federal, que possibilitou a criação de “novas rotas” de circulação de cartilhas.

Com o objetivo de analisar mais a fundo os conteúdos que fazem parte das cartilhas acima mencionadas e sua influência na constituição do povo desta região do estado do Mato Grosso (do Sul) analisarei no próximo capítulo a coleção *Vamos Sorrir*.

7 A PRODUÇÃO DE IDENTIDADES SUL-MATO-GROSSENSSES NAS PÁGINAS DA COLEÇÃO VAMOS SORRIR

Para esta análise escolhi a coleção *Vamos Sorrir*. A opção por este material se deve a, pelo menos, três fatores: ao fato de ter sido o mais citado entre professores e alunos entrevistados durante a investigação; a ter localizado, no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (CDR/UFGD) no acervo denominado Diretoria Regional de Ensino de Dourados (DRE), documentos que mencionam a sua utilização; e, a ter acesso a todos os livros e ao *Manual do Professor* da cartilha que compõem a coleção.

Como já foi mencionado os livros de leitura da coleção foram escritos por Maria Braz e Candido Oliveira. *Vamos Sorrir* é uma série composta por uma cartilha²³ e outros cinco livros de leitura destinados do primeiro ao quinto ano do ensino primário. Nas primeiras edições os títulos eram: *Vamos sorrir: cartilha*, *Vamos sorrir: I livro de leitura*, *Vamos Sorrir: II livro de leitura*, *Vamos Sorrir: III livro de leitura*, *Vamos Sorrir: IV livro de leitura* e *Vamos Sorrir: V livro de leitura*. A partir de determinada edição²⁴ os títulos passaram a ser: *Vamos sorrir: cartilha*, *Vamos sorrir: I ano primário*, *Vamos Sorrir: II ano primário*, *Vamos Sorrir: III ano primário*, *Vamos Sorrir: IV ano primário* e *Vamos Sorrir: V ano primário*. Não temos certeza do período de sua primeira e última edição, no entanto encontramos exemplares que datam do período de 1966 a 1977.

Como se pode observar no título da série em exame associa-se o conhecimento e o estudo à satisfação. Há na coleção uma exortação da alegria, que aparece no título e em muitos temas trabalhados ao longo das lições. Embora não haja nenhum sinal de pontuação ao final do título, ao que parece, trata-se de uma expressão afirmativa, não parece se tratar de um convite, mas de uma exclamação “Vamos sorrir!”, tendo por intuito motivar os alunos para o estudo.

Na quarta capa, iguais em todos os volumes, consta o desenho de uma Rosa dos ventos com a escrita FTD ao centro. Ao que parece tratava-se do logo da Editora FTD na época. As informações sobre a cartilha são obtidas na segunda e terceira capas, nelas constam: o índice catalográfico, as informações sobre edição e ilustração, ano, dados e endereço da editora, o volume da série e a de que cada material que é suplementado por um livro de orientações ao professor.

²³ A cartilha e o V livro de leitura foram escritos apenas por Maria Braz, os demais exemplares foram escritos em parceria com Cândido de Oliveira.

²⁴ Não conseguimos precisar a partir de que edição os títulos foram alterados.

Embora as capas sejam bem coloridas, as imagens de dentro dos exemplares não apresentam muitas cores. Predominam, na grande maioria desenhos, tons avermelhados e são raros os que aparecem o azul, o amarelo e o verde. Para cada texto existe uma imagem que o antecede.

Com exceção da cartilha, onde as letras cursivas e script dividem espaço, em todos os outros exemplares predomina a script minúscula. A script maiúscula ganha destaque em títulos que são escritos em vermelho. Além dos títulos aparecem em vermelho as palavras, cujo significado será trabalhado na análise do vocabulário do texto.

Aparentemente a coleção se dedica à alfabetização e ao ensino da Língua Portuguesa para o ensino primário – conforme informação constante na segunda capa dos livros. Não encontramos volumes que se refiram a outras disciplinas, porém muitos textos presentes no material tratam da área de ciências naturais, história e geografia.

Os textos apresentavam-se nos gêneros prosa, poemas e fábulas. Os três últimos volumes apresentam muitos textos de outros autores além dos produzidos por Maria Braz e Candido de Oliveira, dentre eles temos Cassiano Ricardo, Coelho Neto, Dom Aquino.

Nos livros de leitura, além dos textos toda a área de “Linguagem” era trabalhada. As atividades tinham início com um texto para leitura e a partir dele surgiam exercícios de compreensão do vocabulário, de interpretação de textos, de estudo gramatical e de escrita.

Voltando as ilustrações, as capas de todos os volumes trazem projetos gráficos diferentes, porém com temáticas semelhantes. Em todos os exemplares o nome da/os autora/es aparecem no canto superior esquerdo da capa, no outro extremo aparece o nome da coleção *Vamos Sorrir*, em destaque, seguido pelo ano a que se destina. Ao analisar os textos verbais presentes nas capas percebemos que o título faz inferência à alegria; associa-se o conhecimento e o estudo à satisfação. Evangelista e Rocha (1998) afirmam que esse é um recurso utilizado para chamar a atenção do leitor e convidá-lo a entrar na obra. Aliar o prazer à aprendizagem fazia parte do movimento da Escola Nova, que embora tenha chegado ao Brasil em 1882, pelas mãos de Rui Barbosa, começa a ganhar força nas décadas de 1920 e 1930.

Observando as capas, é possível mostrar algumas regularidades discursivas representadas por textos não verbais. Na cartilha e nos livros de leitura do II e III anos aparecem desenhos de duas crianças brancas, asseadas, uniformizadas indo para a escola, sorridentes. Aparentemente trata-se do mesmo menino e menina só que com idades diferentes em um e outro exemplar, dando a impressão de que as crianças foram crescendo ao longo dos anos. Ao analisar as capas e os textos da cartilha e dos livros de leitura percebemos neles o

ideário da Escola Nova marcados por temas infantis e a alegria em ser criança. Silva e Bertoletti (2017), ao analisarem a legislação estadual apontam que desde a criação do Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, que regulamenta a Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, havia uma preocupação em tornar a aprendizagem algo concreto e mais prazeroso. Com a promulgação da Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951, Lei Orgânica do Ensino Primário do estado de Mato Grosso, inspirado no Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Primário, que substituiu o Regulamento de 1927, amplia-se a influência do discurso da Escola Nova deixando mais evidente a importância do aprender com significado e prazer.



FIGURA 4: Capas da cartilha e do I, II, III, IV e V livros de leitura da coleção *Vamos Sorrir*, de Maria Braz e Candido de Oliveira. São Paulo, Editora FTD.

A capa do I livro de leitura traz a imagem de uma menina, um menino e uma pessoa de mais idade, que pode ser a mãe ou a avó, todos loiros, sentados no sofá de casa com livros nas mãos. As crianças parecem ouvir atentamente o adulto lendo as histórias do livro. Aqui o convite ao encantamento se dá por meio da prática de ler e ouvir histórias, algo que deveria proporcionar prazer. Peres (2003) chama a atenção para o fato de que, desde a década de 1930, havia uma preocupação em promover um trabalho dentro da área da linguagem cujo

objetivo era o de prover as crianças de um instrumento eficiente de expressão, intercomunicação social, aquisição de conhecimentos, ocupação proveitosa das horas de lazer e utilização da leitura nos seus aspectos recreativos, informativos e formativos. Silva (2012) destaca que, embora o prazer de ler e ouvir histórias tenha ganhado evidência no cenário nacional brasileiro na década de 1980, com a propagação das ideias sobre ensino de língua portuguesa propostas pelo linguista João Wanderley Geraldi, a importância da formação do hábito de leitura já vinha sendo desenvolvida desde os primórdios do movimento escolanovista.

Na capa do V livro de leitura, somente um menino branco é representado, este aparece sentado estudando tendo ao fundo a bandeira do Brasil, imagem esta que em muito remete as tradicionais lembranças escolares que ainda hoje são retratadas nas escolas. A bandeira do país também aparece ao fundo da capa do IV livro de leitura, mas desta vez a imagem que ganha destaque é a de três meninos que representam as três etnias que originaram o povo brasileiro (o negro, o índio e o branco). A imagem indica que as três crianças, mesmo com origens diferentes, teriam o fato de serem brasileiros como algo constituidor de suas identidades. Acredito que a preocupação em representar as três etnias se deva a ideia de valorizar a formação do povo brasileiro e a constituição de uma identidade nacional, uma vez que as questões étnicas não eram uma preocupação da época. Trindade (2004) chama a atenção para o uso de livros didáticos, desde o início do Brasil república, como instrumento utilizado para a subjetivação das pessoas favorecendo a formação de uma identidade nacional. Na região da CAND, a propagação deste discurso se fazia necessária dentro dos objetivos de ocupação e desenvolvimento do Governo Federal, uma vez que a hegemonia identitária ainda não estava consolidada, pois a região estava se constituindo demograficamente. Mais uma vez Silva e Bertoletti (2017) identificam na legislação estadual uma forma de consolidação deste discurso. A Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951, Lei Orgânica do Ensino Primário do estado de Mato Grosso, que como afirmado anteriormente foi inspirada no Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Primário, traz como sendo a finalidade do Ensino Primário proporcionar a iniciação cultural, o desenvolvimento de virtudes morais e cívicas, o desenvolvimento da personalidade e levar o nível dos conhecimentos necessários para o convívio familiar, à manutenção da saúde e à iniciação no trabalho. Estes princípios tornam-se ainda mais evidentes ao analisarmos os textos que compõem os materiais investigados.

Cada livro traz textos voltados para uma temática, além dos eixos comuns a todas elas como veremos a seguir. A cartilha apresenta textos referentes à vida de Lalá. O I livro de

leitura traz textos relacionados a Lalá, sua escola, sua família e o circo, local onde sua família trabalhava. No II livro de leitura os textos giram em torno do tema família, porém não mais a de Lalá, mas sim famílias identificadas por pai, mãe e filhos, sendo que somente estes últimos eram denominados com nomes próprios. As histórias trazem temáticas do universo infantil como brincadeiras, vida cotidiana, aniversário. O tema família também acompanha os III, IV e V livros de leitura, mas nestes exemplares temas pedagógicos, morais, religiosos e pátrios ganham intensidade deixando de lado as temáticas mais infantis.

São recorrentes em todos os exemplares da coleção temas relacionados à pátria (símbolos nacionais, belezas naturais, fauna e flora, heróis e personalidades, riquezas, curiosidades regionais do povo brasileiro, lendas, progresso tecnológico, entre outros), aos conteúdos pedagógicos (meios de comunicação e de transporte, sinais de trânsito, cuidado com plantas e animais, higiene física, da cidade e mental, a água, energia, datas comemorativas), a moral (que trabalham as ideias de bondade, honestidade, perseverança, verdade...) e a religiosidade.

No que diz respeito à família, esta é apresentada como um núcleo harmonioso. O patriarcalismo é a regra, somente famílias em que o pai morreu são comandadas por mulheres, sendo estas dignas de piedade. Os filhos são obedientes, educados e estudiosos. A mãe é bondosa e dedicada. O trecho do texto intitulado *A família* demonstra a forma como os discursos são produzidos:

Aqui está uma família. [...]
 Não pensem que são ricos.
 Vivem unidos e procuram entender-se sempre.
 Os filhos são bons [...] Eles²⁵ estudam direito as lições e ajudam em tudo.
 Papai trabalha para sustentar a casa e mamãe trata do lar, do marido e dos filhos.
 Vocês todos devem ser assim. (BRAZ; OLIVEIRA, 1965, p.04)

Desde o início da República no Brasil a família era tida como uma das bases para a produção de uma nova identidade. A influência positivista e desenvolvimentista da época tentava afastar da subjetividade do brasileiro a ideia de um povo matuto, atrasado, promíscuo... As ideias de modernização e progresso estavam em alta e a organização de núcleos sólidos favoreceria a constituição desta nova identidade. É comum nos textos da cartilha a bondade e a pobreza serem retratadas como virtudes atreladas a honra. Segundo Trindade (2004), a família é apresentada nas cartilhas como um mundo à parte, em si e para

²⁵ Os textos foram transcritos de acordo com as normas ortográficas da época.

si, desvinculada da realidade social e econômica. Nelas, as organizações funcionam, sendo modelo para os outros grupos sociais.

A religiosidade é outro tema presente em todos os livros da coleção. Embora a primeira Constituição republicana, promulgada em 1891, já tivesse proclamado o Estado Laico, os temas envolvendo santos e santas católicos e datas referentes ao tema são recorrentes. Orar e agradecer a Deus, a Jesus e a sua mãe, Maria, são atividades incentivadas pelos textos da coleção. O II livro de leitura da coleção traz o texto *Vamos rezar* que serve como ilustração do que estou afirmando.

[...] Esta família é feliz porque tem Deus no coração.
E vocês rezam também?
Devem rezar não só aos domingos; devem rezar todos os dias, mesmo que seja esta simples oração:
Meu Deus, muito obrigado!
Muito obrigado, meu Deus! (BRAZ; OLIVEIRA, 1965, p.26)

Aparentemente a religiosidade, pela grande influência que exercia sobre o povo, é percebida como outra base sólida e produtora de discursos. Nela, os princípios da virtude e da moral eram trabalhados. Tornar-se ou ser bom e virtuoso é um discurso presente nos textos religiosos da cartilha e dos livros analisados. As graças divinas são alcançadas se a honra, a bondade e o altruísmo fizerem parte da identidade dos indivíduos, enfim, a educação moral era apresentada nos livros e na cartilha por meio de histórias religiosas e outros textos de cunho moralista como o que segue:

As férias
As férias chegaram. Vamos aproveitá-las.
Todos os meninos que estudaram, saíram felizes da escola para o descanso merecido.
Encontram nos lares os pais que estão felizes com os resultados alcançados pelos filhos.
Os que não estudaram, saem aborrecidos. Os pais estão tristes porque os filhos tiraram notas baixas nos exames.
Você que está lendo esta lição estudou?
Espero que sim. [...](BRAZ; OLIVEIRA, 1965, p.79)

A escola é outra instituição muito presente nos livros analisados. Os textos demonstram a importância deste espaço para a formação de um homem de valor. Nela, as crianças respeitam e sentem orgulho de seus professores, são estudiosas, asseadas, caprichosas e inteligentes. A preguiça é castigada com a decepção dos que os querem bem ou com a reprovação e a nota baixa nos exames. O estudo é visto como uma preparação para o trabalho futuro. Um exemplo do que tratamos pode ser percebido no texto que segue:

Lalá estuda
 Lalá também estuda.
 Sua mãe é a sua professora.
 Lalá trabalha e estuda.
 Quando crescer quer ser pianista.
 Lalá é menina exemplar. (BRAZ; OLIVEIRA, 1970, p.38)

Mais uma vez é possível perceber como os textos subjetivavam os alunos influenciando na sua formação, visando a formar o indivíduo para torná-lo um bom filho, um bom aluno e, no futuro, um bom trabalhador e um bom cidadão, ou seja, considerando sempre um “vir a ser”.

O discurso nacionalista reflete-se no amor e no orgulho que as crianças deveriam ter pela pátria. Os textos apresentam os símbolos nacionais, os quais deveriam ser venerados, pois representam, segundo os livros da coleção, o orgulho de ser brasileiro, e os heróis e as figuras importantes, que serviriam de exemplo para as futuras gerações. Um texto chama atenção por tratar exatamente do projeto desenvolvimentista e de ocupação das terras que originaram a CAND. Segue um fragmento:

Marcha para o Oeste
 A civilização é um sol que brilha [...]
 E vai, sempre para o Oeste, o zênite atingir.
 A marcha para o Oeste é marcha para a altura,
 [...] o progresso a irradia na glória do porvir.
 [...] e firmaram a posse e o poderio ingente.
 [...] que em vão lhe quis a nobre Espanha disputar. (BRAZ; OLIVEIRA, 1970,p.38-39)

Como fica claro neste fragmento, a Marcha para o Oeste tinha como objetivo trazer progresso e civilidade ao povo da região, além de constituir uma nova identidade a este povo formado até então por uma maioria de índios e “brasiguaios”²⁶. A ocupação das terras pelo “homem brasileiro civilizado” que amasse a pátria, ocupasse as terras do Brasil e as defendesse dos estrangeiros, no caso paraguaios de quem as terras foram conquistadas na Guerra do Paraguai e que ainda tinham forte influência no desenvolvimento econômico da região, era um dos objetivos do governo para o povo da região, por isso a necessidade de propagar discursos que subjetivassem o povo constituindo uma nova identidade, a de ser brasileiro.

²⁶ Chamamos de “brasiguaios” os brasileiros e os paraguaios que vivem em áreas fronteiriças entre Paraguai e Brasil, ora habitando um lado ora outro da fronteira.

Trindade (2004) nos lembra que desde o final do século XIX a leitura era um dispositivo importante para a educação cívica e moral, que poderia ser adquirida por meio dos livros de leitura e cartilhas da época. A ideologia que informa os aspectos ligados à cidadania nos textos das cartilhas geralmente se refere à família, à escola e à pátria.

O progresso do Brasil é narrado com orgulho, trata-se das conquistas tecnológicas, das novas máquinas, das ferrovias, da energia elétrica, da urbanização. O discurso higienista também é descrito como sendo uma conquista deste “povo civilizado” que está constituindo o “novo” Brasil. Propagam-se os cuidados com a higiene física e mental do indivíduo, do espaço doméstico e dos outros espaços em que se vive, até atingir o espaço urbano como um todo.

Para concluir pode-se dizer que os materiais analisados contribuíram de forma significativa na constituição de uma identidade nacional na região. Como nos lembra Trindade (2004), “No caso dos livros de leitura, que incluíam as cartilhas ou primeiros livros, a valorização da língua materna é destacada por ser importante à nossa identidade nacional, juntamente com a educação moral, cívica e intelectual”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo podemos chegar a algumas conclusões a respeito do que foi tratado ao longo deste texto. Nele tomamos o livro didático não apenas como um artefato de uso escolar, mas o observamos como um produto e um produtor de culturas, de formas de ver e pensar a educação, o mercado, a cultura e a sociedade. Diante disso, podemos pensar que a circulação destes materiais fez com que a educação na região da Colônia Agrícola se diferenciasse das demais, uma vez que as cartilhas eram fruto de uma política do Governo Federal que adentrava no espaço que em outras localidades era regido apenas pelo Governo Estadual.

Diante desta perspectiva podemos sintetizar os resultados dessa investigação da seguinte maneira:

1. Ao analisar os diversos documentos legais de nível nacional e estadual que circularam no Brasil e no estado de Mato Grosso, foi possível perceber o quanto estes dispositivos, muitas vezes, definiram de forma direta ou indireta as correntes metodológicas e os livros didáticos que circularam neste estado.
2. O proposto nas regulamentações legais era elucidado nos livros didáticos que circularam na época. Se tomarmos o livro didático como objeto da cultura escrita que circula na escola, percebemos que ele carrega consigo os saberes considerados necessários a uma época, além de fatores pedagógicos, culturais e sociais determinantes por um grupo hegemônico.
3. Na escola primária da Colônia Agrícola Nacional de Dourados circularam uma diversidade de cartilhas, algumas destas estiveram presentes em todas as regiões do estado, outras foram identificadas apenas nesta região.
4. Embora o Governo Estadual tivesse prescrito orientações quanto aos livros a serem adotados no estado, ao que parece nesta região a força do Governo Federal predominou sobre as escolhas e a distribuição dos livros, uma vez que alguns dos livros localizados circularam apenas nesta região.
5. A origem dos materiais exclusivos desta região ficou restrita a São Paulo e Rio de Janeiro, fazendo com que abandonássemos a hipótese de que algumas das cartilhas teriam chegado até a CAND por intermédio do fluxo migratório para a região, embora tenhamos percebido que o grupo de migrantes e o projeto de governo tenha influenciado na produção e circulação de muitos destes materiais.

6. As cartilhas tinham um público distinto, tanto no que diz respeito a quem aprendia, ora pensada para adultos e crianças, ora somente para crianças, quanto a quem ensinava as primeiras letras, podendo ser professores com formação, professores leigos ou apenas pessoas alfabetizadas dispostas a ensinar.
7. As páginas das cartilhas e livros de leitura trazem indícios de lutas pelo poder-saber que são travadas por meio dos discursos, através dos quais se produzem subjetividades que acabam por constituir identidades.
8. No caso analisado demonstramos como os livros escolares que chegaram até a região da CAND foram utilizados como dispositivos de governo para subjetivar a infância produzindo nela os valores com que se queria configurar a cidadania do futuro. Para isso, os conteúdos culturais, os aspectos materiais da coleção e a linguagem de textos expressavam, quase sempre, o pensamento e o discurso dos grupos que haviam vencido as “lutas” pelo poder-saber e que controlavam a instrução escolar, neste caso, estamos tratando do discurso republicano que visava a constituir uma identidade nacional ao povo brasileiro e ao progresso e desenvolvimento do país. Sendo assim, aos manuais escolares não eram atribuídas apenas utilidades pedagógicas estreitas, uma vez que eram utilizados pelo governo para constituir identidades, valores e culturas.
9. Os textos e as imagens presentes na coleção *Vamos Sorrir* contribuíram para a consolidação de uma política de desenvolvimento da região de Dourados, para a constituição de um sentimento de nacionalidade e para a apropriação definitiva do território nacional através do “desenvolvimento” de virtudes morais e cívicas. Os discursos em torno da família, da igreja, da escola e da pátria acabaram por constituir a identidade daquele povo.
10. Além do discurso republicano desenvolvimentista localizamos nas obras o discurso higienista e da Escola Nova que marcaram as narrativas da época.

Em suma, ao contrário do que pensávamos, é o braço forte do Estado que determina a circulação diferenciada de cartilhas na região analisada, interferência esta que marcou não só a circulação do material, mas a educação da CAND, a formação de professores e todo o contexto econômico e social.

Enquanto o estado tinha uma distribuição singela de livros, ficando a cargo das famílias e das “caixinhas escolares” a compra dos materiais, o governo federal realizava campanhas de erradicação do analfabetismo e investia maciçamente na distribuição de livros

na região da CAND, marcando o desenvolvimento pedagógico, educacional, cultural, econômico e social dos que ali viviam.

Diante disso, consideramos necessário repensar e problematizar estes artefatos legais e culturais que contam sobre um tempo histórico e fazem repensar a produtividade de determinadas práticas passadas, possibilitando lançar um novo olhar sobre o que é dito sobre elas. Enfim, estudar os livros escolares de leitura e de ensino das primeiras letras nos permite recontar a história do ensino primário do Brasil e de uma região.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, L. N. B. *Ensino de leitura na escola primária no Mato Grosso: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

_____. *Ensino de leitura e grupos escolares*. Mato Grosso/ 1910-1930. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

_____; CARDOSO, C. J. Parte III – Mato Grosso. In.: FRADE, I. C. A. S.; MACIEL, F. I. P. (Org.). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2006. p. 191- 278.

BARBOSA, J. J. *Alfabetização e leitura*. São Paulo: Cortez, 1992.

BATISTA, A. A. G. O conceito de “livros didáticos”. In: _____. GALVÃO, A. M. O. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 41-74.

_____. ROJO, R. Livros escolares no Brasil: a produção científica. In: COSTA VAL, Maria. G.; MARCUSCHI, B. (org.). *Livros Didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2008, p.13-46.

BRASIL. Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938. *Cria no Ministério da Educação e Saúde a Comissão Nacional de Ensino Primário*. Rio de Janeiro, 18 nov. 1938a.

_____. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938. *Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático*. Rio de Janeiro, 30 nov. 1938b.

_____. Portaria Ministerial nº 253, 24 de dezembro de 1940. *Instala a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)*. Rio de Janeiro, 24 dez. 1940.

_____. Ministério da Educação e Saúde. *Organização do ensino primário e normal*. XVII – Estado de Mato Grosso. Boletim n. 22. Rio de Janeiro: INEP, 1942.

_____. Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945. *Reestrutura o Decreto-Lei de 1938*. Rio de Janeiro, 26 dez 1945.

_____. Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. *Lei Orgânica do Ensino Primário*. Rio de Janeiro, 2 jan. 1946.

_____. Lei nº 866, de 22 de outubro de 1956. *Regulamenta o cargo de Inspetor Regional do Ensino Primário*. Rio de Janeiro, 22 out. 1956.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília. 20 dez. 1961.

BENITO, A. E. Libros para la escuela: La primera generación de manuales escolares. In: _____. (org.). *História Ilustrada del libro escolar en España*. Madrid: Fundación germán Sánchez Ruipérez, 1997. p. 19-46.

BERTOLETTI, E. N. M.; SILVA, M. C. Cultura escrita na escola primária: a circulação de livros didáticos para ensino de leitura (1928-1961). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 16, p. 373-403, 2016.

_____.; _____. Memória da profissão docente: ser e fazer-se alfabetizador no sul de Mato Grosso (1940-1960). In: *VI Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) biográfica: entre o público e o privado: modos de viver, narrar e guardar*. Rio de Janeiro, 2014.

BITTENCOURT, C. M. F. Apresentação. Em foco: história e memória do livro didático. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, p.1-3, set.-dez. 2004.

CAMPOS, P. R. M. M. *O ensino da leitura e da escrita em Mato Grosso na passagem do Império para a República: 1888-1910*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

BRAGANÇA, A. A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro. In: *Anais do 1º Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*, Rio de Janeiro, RJ, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/anibalbraganca.pdf>. Acesso: 12 de dezembro de 2017.

CARDOSO, C. J. *Cartilha Ada e Edu – produção, difusão e circulação (1977-1985)*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CHERVEL, A. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria&Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, A. Los manuales escolares de ayer a hoy: el ejemplo de Francia. *Historia de La Educación*. Revista Interuniversitaria, Salamanca, n. 19, p. 13-37, 2000.

_____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3 p. 549-566, set.-dez. 2004.

DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DELGADO, B. Los libros de texto como fuente para la Historia de la Educación. *Historia de la Educación*, Revista Interuniversitaria, Salamanca, n. 2, p. 353-258, 1983.

EVANGELISTA, A. A. M.; ROCHA, G. A. S. Como são vistos os leitores-alunos nos livros para alfabetização? In: 23ª Reunião Anual da ANPED, 1998, Caxambu/MG, *Anais...* Minas Gerais: ANPED, 1998, p.1-13.

FRADE, I. C. A. S. A escolha de livros de alfabetização e perspectivas pedagógicas do ensino da leitura: entre inovações e permanências. In: 25ª Reunião Anual da ANPED, 2002, Caxambu/MG, *Anais...* Minas Gerais: ANPED, 2002, p.1-15.

_____.; MACIEL, F. I. P. Fontes para a história da alfabetização e dos livros didáticos em Minas Gerais: os impressos e o arquivo. In: I. C. A. Frade; F. I. P. Maciel (Orgs.). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte, MG: UFMG/FaE, 2006, p. 65-94.

FREIRE, A. M. A. *Alfabetização no Brasil*. São Paulo: Cortez: Brasília, DF:INEP,1989.

FREITAG, B. *O estado da arte do livro didático no Brasil*. Brasília: INEP, 1987.

FURTADO, A. C.; MOREIRA, K. H. Professores Leigos em Escolas Rurais Primárias no Sul de Mato Grosso (1930-1970). In: 37ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), 2015, Florianópolis. *Anais...* Santa Catarina: UFSC, 2015, p. 1-21.

GATTI JÚNIOR, D. *A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil*. Bauru: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

GRESSLER, L. A.; SWENSSON, L.J. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. Dourados: L.A, 1988.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.150-167.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil – sua história* (2ª ed., rev. Ampl.). São Paulo, SP: Edusp, 2005.

IRALA, C. ; NASCIMENTO, A. C. ; FURTADO, A. C. Fontes para o estudo da escola primária rural no sul do antigo Mato Grosso (1940-1970). In: XII Encontro de Pesquisa em Educação do Centro-Oeste ANPED, 2014, Goiânia. *Anais...*,Goiás, 2014. v. 1. p. 1-15.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de letras, 1995. p. 15-61.

LAJOLO, M. Livro Didático: um (quase) manual de usuário. *Em Aberto*. Brasília, ano 16, n.69, p. 3-9, jan./mar. 1996.

LE GOFF, J. Prefácio. In: BLOCH, M. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. p.15-38.

MACIEL, F. I. P. História da alfabetização: perspectivas de análise. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. L. *História e Histotografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.227-252.

_____. As cartilhas e a história da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. In: *História da Educação* -. ASPHE, Pelotas, n.11, p. 147-168, abr 2002.

MANTOVANI, K. P. *O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD: impactos na qualidade do ensino público*. (Dissertação de Mestrado), Programa de pós-graduação em geografia humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MATO GROSSO. Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927. *Regulamenta a instrução pública primária do estado de Mato Grosso*. Cuiabá, MT, 22 abr. 1927.

_____. *Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública Francisco Alexandre Ferreira Mendes*. 1942.

_____. Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951. *Lei Orgânica do Ensino Primário do estado de Mato Grosso*. Cuiabá, MT, 24 nov. 1951.

_____. *Diretrizes para a Educação do Mato-Grosso*. Cuiabá, MT, março de 1965.

MENEZES, A. P. Colônia Agrícola Nacional de Dourados – história, memória: considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados. *Revista História em Reflexão*. Dourados/MS, v.5, n.9, p. 1-16, jan/jun 2011.

MOREIRA, K. H. Um balanço das pesquisas em História da Educação no Brasil com o livro didático: questões sobre fonte, temas e métodos. In: CIHELA,. Toluca-México. *Anais...2014*, p. 1-15.

MORTATTI, M. R. L. . *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo - 1876/1994. São Paulo: Ed. Unesp, 2000a.

_____. Leitura crítica da literatura infantil. *Leitura: teoria e prática*. São Paulo, n. 36, p. 11-17, 2000b.

MUNAKATA, K. *História do Livro e do Livro Didático*. Disponível em: <<http://www.snh2009.anpuh.org/minicurso/view>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

_____. Livro didático: produção e leituras. In: Abreu, M. *Leitura, História e História da leitura*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitores do Brasil; FAPESP, 2002, p. 577-594.

NARODOWSKI, M. *Comenius & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

OLIVEIRA, J. B. A.; GUIMARÃES, S. D. P.; BOMÉNY, H. M. B. *A política do livro didático*. Campinas/SP: Summus: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1984.

PERES, E. Autoras de obras didáticas e livros para o ensino da leitura produzidos no Rio Grande do Sul: contribuições à história da alfabetização (1950-1970). *Revista Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 12, p. 111-121, 2008.

_____. Desenvolvimento do projeto de pesquisa Cartilhas Escolares em Pelotas (RS): organização do trabalho, fontes e questões de investigação. In: FRADE, I. C. A. S.; MACIEL, F. I. P. (org.). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/Fae, 2006, p. 117-170.

_____. O ensino de linguagem na escola pública primária gaúcha no período da Renovação Pedagógica. In: _____.; TAMBARA, E (org.). *Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX – XX)*. Pelotas: Seiva Publicações & FAPERGS, 2003. p.75-116.

_____. A produção e o uso de livros de leitura no Rio Grande do Sul: Queres ler? E Quero ler. In: *História da Educação/ASPHE*. Pelotas, n.6, p.69-78, out. 1999.

PESAVENTO, S. J. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PONCIANO, N. P. *Fronteira, religião, cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1943 – 1965)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – FCL/UNESP, Assis, 2006.

PUELLES BENÍTEZ, M. P. Los manuales escolares: un nuevo campo de conocimiento. *Revista Interuniversitaria- Historia de la Educación*. Salamanca, n. 19, p. 5-10, 2000.

SILVA, M. C. De como educar meninas e moças pela leitura de romances em coleções (1930-1960). In: CAMARA, S. (Org.). *Pesquisa(s) em história da educação e da infância: conexões entre ciência e história*. Rio de Janeiro, RJ: Quartet, 2014, p. 517-536.

SILVA, T. *Os “novos” discursos sobre alfabetização em análise: os livros de 1º ano do ensino fundamental de nove anos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2010)*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

_____; BERTOLETTI, E.N.M. Políticas de circulação de livros didáticos de alfabetização no sul de Mato Grosso e seus métodos (1927-1961). *Revista Poiésis*, Tubarão, v. 11, n.20, p. 268-286, jul./dez. 2017.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

STAMATTO, M. I. S. Os manuais escolares, o método de alfabetização e de ensino no Brasil (1822 – 1889). In: FERNANDES, R. (org.). *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil (1500-1970)*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998, p. 211-227.

STRAY, C. Quia Nominor Leo: Vers une sociologie historique du manuel. In: CHOPPIN, A. (org.) *Histoire de l'éducation*. n. 58 (numéro spécial). Manuels scolaires, États et sociétés. XIXe-XXe siècles, Ed. INRP, 1993.

TAMBARA, E. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. In: *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.11, p. 25-52, abr. 2002.

TIANA FERRER, A. (Org.) *El libro escolar, reflejo de intenciones políticas e influencias pedagógicas*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia-UNED, 2000.

TRINDADE, I. M. F. Não há como alfabetizar sem método. In: DALLA ZEN; Maria Isabel H.; XAVIER, Maria Luiza M. (Orgs.). *Alfabetizar: fundamentos e práticas*. Porto Alegre: Mediação, 2010. p. 13-24.

_____. *A invenção de uma nova ordem para as cartilhas: ser maternal, nacional e mestra*. Queres ler? Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

XAVIER, A.P.S. *A leitura e a escrita na cultura escolar primária de Mato Grosso: 1837-1889*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

FONTES CONSULTADAS

BRAZ, M. *Vamos Sorrir*: cartilha. 10ª edição. São Paulo, FTD, 1973.

_____. *Vamos Sorrir*: Livro do Professor. São Paulo, FTD, s.d.

_____; Cândido de Oliveira. *Vamos Sorrir*: I livro de leitura. 8ª edição. São Paulo, FTD, 1973.

_____; _____. *Vamos Sorrir*: II livro de leitura. São Paulo, FTD, 1965.

_____; _____. *Vamos Sorrir*: III livro de leitura. São Paulo, FTD, 1973.

_____; _____. *Vamos Sorrir*: IV livro de leitura. São Paulo, FTD, 1970.

_____. *Vamos Sorrir*: V livro de leitura. São Paulo, FTD, 1968.

MARCOZZI, A.; JACOME, E.; MARRA, G.; LIMA, L.; BLOIS, M.; ADELL, N.; DANA, R.; AVILEZ, T. *Siga Aprendendo*: cartilha. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

_____. [et al]. *Siga Aprendendo*: Guia do Professor. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Cartilha ABC*. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1962.